AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 35 | Nº 06 | JUNHO 2015 | R$ 15,00



ISSN 0100-4298

FGV EESP
CENTRO DE ESTUDOS DO AGRONEGÓCIO

A FGV COMO *THINK TANK* DO AGRONEGÓCIO

35 Anos AGROANALYSIS

ALGODÃO ALTA NOS PREÇOS NÃO EVITA PREJUÍZO

BIOELETRICIDADE RENTÁVEL COM OS NOVOS PREÇOS

AJUSTE FISCAL SAIBA COMO O AGRONEGÓCIO SERÁ AFETADO

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Estado da Bahia, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Marcus Antonio de Souza Fazer, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Leonardo André Paixão (IRB-Brasil Resseguros S.A),Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Cesar Camacho, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Gustavo Diniz Junqueira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redator: Paulo Roque
Capa: Marina Lundgren de Almeida Magalhães
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

THINK THANK DO AGRONEGÓCIO

A FGV iniciou um projeto para consolidação de um *think tank* do agronegócio. Esta iniciativa está alinhada aos planos da Presidência da FGV, que, imodestamente, pretende se tornar o grande veículo formador de opinião do agronegócio brasileiro.

Logo no início desta empreitada, deparamo-nos com um trágico episódio, relatado nas palavras do presidente de nosso Conselho Editorial, Dr. Roberto Rodrigues (veja na página ao lado). O espírito guerreiro do embaixador Clodoaldo Hugueney será o mote do nosso Think Tank.

O lançamento do Projeto Think Thank é tratado na seção Abre Aspas, nas entrevistas com o próprio Roberto Rodrigues, Clodoaldo Hugueney e Eduardo Assad, pesquisador da Embrapa e professor da FGV. Neste momento, dois estudos foram selecionados como prioritários: um sobre comércio internacional com ênfase nas relações entre a China e o Brasil; e outro sobre desenvolvimento de agricultura sustentável com foco no aproveitamento eficiente das áreas desmatadas da região Amazônica.

A recessão a qual o País atravessa neste momento não é fruto de crise econômica alguma, mas sim de uma reorientação de política econômica e da necessidade de um ajuste fiscal com caráter recessivo e de uma política monetária mais orientada para o combate à inflação.

Dentre os principais desafios que a economia brasileira enfrenta, com certeza, o ajuste fiscal merece um lugar de destaque. Embora o agronegócio não saia ileso das medidas de corte no orçamento do governo federal, até o momento, o setor não está entre aqueles que pagarão as maiores fatias destas contas. O Plano Safra 2015/16 preserva os recursos disponíveis para o crédito rural na temporada passada, pelo menos em termos nominais, mas eleva a taxa de juros para não ficar distante da taxa Selic.

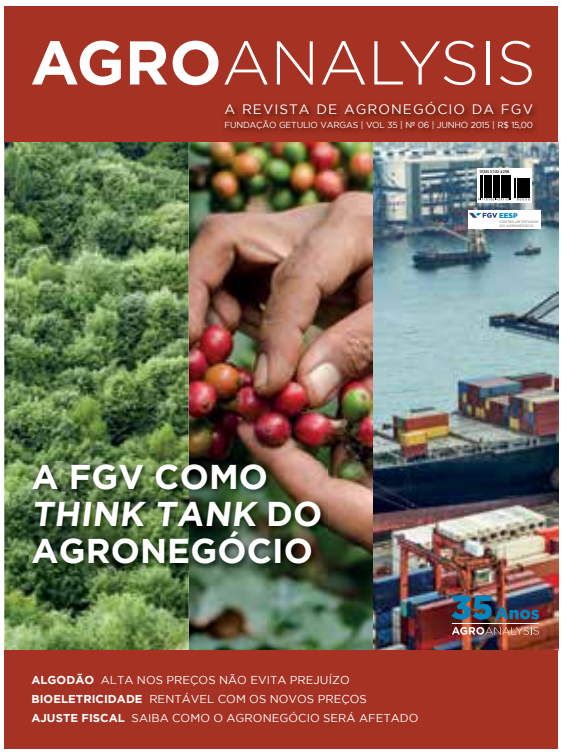
O sistema cooperativista ganha espaço e importância no Brasil, pois serve de instrumento para a manutenção da renda, principalmente dos pequenos e dos médios produtores rurais. E os produtores já perceberam suas vantagens. Estudo com base na produção de soja nos estados do Paraná e do Mato Grosso aponta que há um aumento no número de novas cooperativas agropecuárias e de cooperados quando há, por exemplo, um aumento no custo dos fertilizantes. Os produtores tendem a buscar pelos incentivos oferecidos pelas cooperativas quando há um aumento nos preços dos insumos e/ou queda nas cotações das *commodities*.

A cadeia citrícola, apesar das dificuldades enfrentadas nos últimos tempos, continua com força na geração de renda, emprego e exportação no País. O seu grande desafio consiste em encontrar soluções para competir no acirrado mercado internacional de bebidas.

No Brasil, o algodão encerra a safra 2014/15 (julho a junho) propagando desânimo entre os produtores. A expectativa de uma menor produção

de algodão na temporada atual provocou uma forte elevação nos preços nos primeiros meses do ano; no entanto, o preço médio da arroba neste período não foi suficiente para cobrir os custos de produção. O ponto de equilíbrio para o produtor médio do Mato Grosso é de R$ 65,33 por arroba. Esta cotação foi atingida apenas a partir de meados de março, ou seja, quem vendeu a produção antes desta data teve prejuízo.

De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo brasileiro de energia deverá expandir 40% nos próximos dez anos. O atual desafio do Brasil tem sido o de aumentar a geração, considerando, de um lado, a redução da dependência pelas hidrelétricas e, de outro, o elevado custo de geração das térmicas a gás natural, carvão e óleo combustível. Nesse contexto, o Governo, a partir de 2013, passou a considerar a bioeletricidade como uma fonte de geração de base, independentemente da biomassa utilizada. Prova disso foi o bom resultado dos projetos de bioeletricidade nos leilões federais. ■



Entre a entusiasmada entrevista concedida pelo embaixador Clodoaldo Hugueney e a publicação da mesma neste número da ***Agroanalysis***, perdemos tragicamente o grande amigo e mestre por complicações pós-operatórias depois de complexa cirurgia cardíaca que vencera com a mesma determinação que sempre o moveu. Mas, suas ideias, seus projetos e seus planos para o Think Tank, cuja criação ele tão vigorosamente estimulou, seguirão avançando sob sua inspiração e sua visão clara, especialmente no que tange às relações entre o Brasil e a China.

E vamos, até como uma pálida homenagem ao querido embaixador, seguir adiante neste projeto, ainda que nos faltem sua competência e seu conhecimento profundos quanto ao tema. Além disso, suas lições serão a base do trabalho que prosseguirá, e esperamos concluí-lo com a mesma ambição perfeccionista que o animava em tudo o que fazia.

Obrigado, amigo Clodoaldo. O Brasil jamais o esquecerá, por todos os resultados positivos que nos proporcionou por meio dos difíceis entendimentos na área diplomática que liderou em sua bela carreira. Procuraremos trazer à luz tudo o que nos ensinou neste projeto do Think Tank da FGV.

ROBERTO RODRIGUES

04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 CAPA ENTREVISTA
ROBERTO RODRIGUES
AMPLIA-SE O CENTRO PRIVADO DE INTELIGÊNCIA DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

13 FRASES & COMENTÁRIOS

14 MACROECONOMIA
O BRASIL NÃO ENFRENTA UMA CRISE ECONÔMICA

16 AGRODROPS

21 MERCADO & NEGÓCIOS

21 CAPA AJUSTE FISCAL
O DESAFIO DO GOVERNO E A CONTRIBUIÇÃO DO AGRONEGÓCIO

24 CAPA ALGODÃO DE PLUMA
ALTA DE PREÇOS NÃO EVITA PREJUÍZO

26 CITRICULTURA
PERSPECTIVAS PARA A PRODUÇÃO BRASILEIRA

29 AGROENERGIA

29 CAPA MATRIZ ELÉTRICA BRASILEIRA
O RENASCIMENTO DA BIOELETRICIDADE

31 GESTÃO

31 COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS
INSTRUMENTO DE SUSTENTAÇÃO DE RENDA

34 CONTEÚDO ESPECIAL

34 ESPECIAL INPEV
O SISTEMA CAMPO LIMPO E A PNRS

37 ESPECIAL COOXUPÉ
PROJETO É EXEMPLO DE SUSTENTABILIDADE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

40 ESPECIAL ABAG – CANAPLAN
PERSPECTIVAS PARA A SAFRA 2015/16, NA REGIÃO CENTRO-SUL

44 ESPECIAL JOHN DEERE
UM TRIBUTO AO AGRICULTOR BRASILEIRO

45 ESPECIAL ANDEF
UMA QUESTÃO DE SOBERANIA NACIONAL

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

47 PRODUZIR
AGRONEGÓCIO FRACO NÃO TEM VEZ

48 OPINIÃO
A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DA AGRICULTURA

49 REFLEXÃO
TEORIAS, RUPTURAS E SENSATEZ

50 SERVIÇO AO AGRONEGÓCIO

AMPLIA-SE O CENTRO PRIVADO DE INTELIGÊNCIA DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

ROBERTO RODRIGUES
COORDENADOR DO CENTRO DE AGRONEGÓCIO DA FGV (GV AGRO)
POR PAULO ROQUE

O Think Tank do Agronegócio, a mais nova iniciativa da Fundação Getulio Vargas (FGV), tem como proposta central a constituição de um núcleo permanente de estudos direcionados para a agenda das cadeias produtivas do setor. Roberto Rodrigues explica que o projeto espera, também, promover debates em torno de questões-chave para o desenvolvimento do agronegócio. Sua atuação abrange as dimensões nacionais e internacionais a partir das seguintes áreas de especialização: comércio internacional e agronegócio do Brasil; Amazônia – propostas para exploração agrícola sustentável; matriz energética e recursos hídricos; e modelos de desenvolvimento sustentado das cadeias produtivas. Dois grupos de estudos já estão atuando: um sobre comércio internacional com ênfase nas relações com a China; e um sobre desenvolvimento de agricultura sustentável com foco na Amazônia.



AGROANALYSIS: O QUE É O PROJETO THINK TANK DO AGRONEGÓCIO?

ROBERTO RODRIGUES: A FGV é, por si só, um grande *think tank*, com diversas áreas geradoras de ideias, projetos e propostas, inclusive assessorias técnicas, tanto para o setor público, quanto para o privado. O Think Tank do Agronegócio é resultado dessa ampla visão. Pretendemos transformá-lo naquilo que costumamos chamar de um chapéu pensador do agronegócio brasileiro: um centro de inteligência para promovermos estudos e debates, de modo a formar opinião e orientar decisões sobre os caminhos a serem seguidos pelos diferentes atores do setor; seremos um permanente fomentador de reflexões e soluções para os problemas existentes e passíveis de ocorrer no futuro, voltado para o desenvolvimento sustentável do País.

COMO SURGIU ESSA IDEIA?

RR: A FGV participa das discussões no âmbito da OCDE (Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico), que é um *think tank* financiado pelos quarenta países mais ricos do mundo para a realização de estudos sobre a economia de uma maneira geral. Temos participado das suas reuniões. O objetivo não é fazer propostas, mas sim levantar temas e realizar um grande debate e, com isso, iluminar setores de determinadas áreas da economia que, por ventura e qualquer razão, estejam obscurecidos. O resultado é que o segmento analisado pela OCDE transforma-se num palco iluminado, onde os atores movimentam-se e avançam em relação a projetos e propostas de desenvolvimento setorial. Inspirados nesse *modus operandi*, levamos ao presidente da FGV, o professor Carlos Ivan Simonsen Leal, a ideia de um *think tank* do agronegócio. Foi muito interessante, porque a proposta veio de encontro ao seu plano em discussão junto à cúpula da Fundação. Com o seu apoio e o da sua equipe, conseguimos avançar nessa direção.

EXISTEM ALGUMAS INICIATIVAS PARALELAS NO PAÍS?

RR: Existem, sim. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) possui uma área chamada Agropensa que trabalha com temas semelhantes, estudos e projetos voltados para o agronegócio, sendo um órgão público. A Frente Parlamentar da Agropecuária também tem um *think tank*, o Instituto Pensar Agropecuária (IPA), bancado por instituições ligadas ao agronegócio no Brasil para formular propostas para os parlamentares desenvolverem. É uma iniciativa na área parlamentar. O *think tank* da FGV é uma complementação destes dois extraordinários movimentos iniciados nas diferentes áreas do poder do Brasil, mas do lado agro privado.

É bom lembrar que, recentemente, dois grandes técnicos brasileiros, André Pessôa, da AGROCONSULT, e Marcos Jank, do ICONE, haviam iniciado uma plataforma somando os trabalhos da AGROCONSULT e do ICONE para um *think tank* de natureza privada também. Mas, com a ida do Marcos Jank para a BRF, essa possibilidade ficou frustrada e o assunto desapareceu. Entretanto, o *think tank* da FGV, de certa forma, substitui aquele projeto inicial que havia sido imaginado por estes profissionais.

ESSA É A PROPOSTA: UM PERMANENTE FOMENTADOR DAS DISCUSSÕES... UM GRANDE CHAPÉU PENSADOR.

COMO PARTICIPAR DESSE PROJETO?

RR: Nossa ideia é levantar temas de interesse do agronegócio e do País, que seriam entregues a técnicos competentes, reconhecidos em suas áreas. Eles construiriam equipes para desenvolver estudos a respeito de temas específicos e promover os debates. Quem estiver interessado em um dos temas passa a participar das discussões. Pessoas com formação acadêmica e interesse na discussão podem participar aproximando-se do coordenador de cada um dos estudos a serem desenvolvidos.

HÁ ALGUM TEMA PRIORITÁRIO A SER EXPLORADO?

RR: Hoje, os problemas são tantos no agronegócio que poderíamos elencar vinte temas diferentes, mas estamos preocupados com algumas questões ligadas à renda e à sustentabilidade do setor produtivo, bem como à competitividade do agronegócio brasileiro para o futuro.

Desenvolvemos, inicialmente, dois grandes temas. O primeiro, ligado à competitividade, foi desenvolvido tendo em vista a tendência de mudança do eixo econômico do mundo para a Ásia, com ênfase para a China. Analisaremos a representatividade deste país para o Brasil e o seu agronegócio nas próximas décadas. Qual horizonte de tempo deveremos imaginar? Esse grande cenário será estudado sob a coordenação do embaixador Clodoaldo Hugueney, embaixador na China durante cinco anos. Ele foi o grande responsável, no passado, aqui no Brasil, pelas negociações da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). É um conhecedor profundo das regras de comércio internacional e da realidade chinesa. Vamos, por meio deste estudo, muito possivelmente, encontrar as oportunidades e os desafios para o Brasil aproveitar e trilhar a sua participação no panorama chinês, de consumo sobretudo. Isso deverá abrir ao setor privado uma série de decisões e iniciativas que permitam aproveitar os estudos aqui desenvolvidos.

Um segundo tema, de muita preocupação, é o da sustentabilidade do agronegócio. O Brasil tem feito uma agricultura sustentável, e os números provam isso. Nos últimos 25 anos, a área plantada com grãos cresceu 50% e a produção cresceu 234% com tecnologias preservacionistas. Se não fosse isso, para colher a safra deste ano, teríamos a produtividade de cinco anos atrás e precisaríamos de mais 70 milhões de hectares. Preservamos 70 milhões de hectares com tecnologia. Mas, isso não é o suficiente; é preciso fazer muito mais.

E, nesse tema da sustentabilidade no Brasil, há um capítulo extremamente complexo e relevante sobre a área desmatada na região da Amazônia. Alguns estudos indicam a existência de 60 milhões de hectares já desmatados e, de alguma forma, degradados. Então, estudaremos com rigor científico essas questões para encontrarmos, eventualmente, alternativas para aproveitarmos essa área. Para aproveitarmos de forma positiva essa área desmatada na Amazônia, caberão políticas públicas específicas e investimentos privados para gerar um bom retorno aos investidores, ao País e, sobretudo, à região em questão.

> “ESTAMOS PREOCUPADOS COM ALGUMAS QUESTÕES LIGADAS À RENDA E À SUSTENTABILIDADE DO SETOR PRODUTIVO, BEM COMO À COMPETITIVIDADE DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO PARA O FUTURO.”

EM TERMOS DE RECURSOS, QUAL É A PREVISÃO?

RR: A direção da FGV colocou um *seed money,* um recurso inicial, para o Think Tank do Agronegócio começar a rodar, mas a meta é cada projeto gerar o seu próprio orçamento. Não existe um valor fixo para cada um deles, mas sim uma proposta a ser oferecida aos diversos agentes econômicos do País com interesse em atuar na área em estudo.

COMO SERÁ A SUA GOVERNANÇA?

RR: Trata-se de um projeto ainda embrionário. Começaremos com apenas dois estudos já contratados, o da Amazônia e o da China. A governança será bem profissional, mas ainda bastante singela e enxuta. Tocaremos o Think Tank a partir do próprio GV Agro. Quem irá gerenciá-lo em sua plenitude será o professor Luiz Carlos Guedes Pinto, um homem com uma ampla visão dos diversos temas que envolvem a competitividade do agronegócio brasileiro.

CHINA, O GRANDE PARCEIRO

CLODOALDO HUGUENEY
Ex-embaixador do Brasil em Pequim, na China

AGROANALYSIS: QUAL É A IMPORTÂNCIA DO PROJETO THINK TANK?

CLODOALDO HUGUENEY: É importante a Academia reforçar o papel do agronegócio para o Brasil, numa visão de médio e longo prazos. Todos os grandes países do mundo produtores e exportadores de produtos agropecuários possuem *think tanks* como um centro de reflexão e intercâmbio de ideias. A proposta é olharmos as oportunidades e os obstáculos do setor no mundo, além das políticas públicas necessárias para promovê-lo.



QUAL SERÁ A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROJETO?

CH: Temos duas áreas de contribuição. A primeira em função da minha carreira como diplomata ligado à área de comércio internacional, tanto em negociações bilaterais, como no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). A segunda com a experiência vivida no meu último posto, em Pequim, na China, na medida em que o grande mercado para o agronegócio desloca-se para esta região e seu continente. Isso contribuirá para o Think Tank desenvolver oportunidades de negócios.

QUAL É A IMPORTÂNCIA DA CHINA PARA O COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL?

CH: Coloquemos três pontos. O primeiro é o fato de a China ter se transformado em nosso principal parceiro comercial, com grandes importações de grãos, carnes, tabaco, celulose e polpa. O segundo, ainda mais relevante, é o papel dos chineses na área de investimentos para o mundo e o Brasil: o comércio crescerá a taxas menores, mas os investimentos não. Temos boas perspectivas no setor agrícola e na industrialização de alimentos. O terceiro refere-se a ciência, tecnologia e inovação: possuímos um programa de cooperação entre a Embrapa e a Academia de Ciências da China. Eles possuem a maior agricultura do mundo, com genética desenvolvida, e o Brasil dispõe de uma agropecuária de grande porte e com tecnologia avançada. Há um campo para intercâmbio entre os dois países.

E QUAIS SÃO OS OBSTÁCULOS DO BRASIL EM RELAÇÃO AO COMÉRCIO COM A CHINA?

CH: Temos um desconhecimento sobre a China. Como é um país em rápida mudança, precisamos olhá-lo para frente e visualizá-lo para onde está indo. Até o final do ano, o seu governo lançará o 13º Plano Quinquenal, com reformas para mudar a face do país. A agricultura chinesa adota um sistema de propriedade pública e grandes cooperativas, embora tudo isso esteja mais flexível, com a presença até de investimentos estrangeiros. Se a produção do Brasil está mudando, o perfil do consumo chinês também. O Think Tank pode mostrar como eles relacionar-se-ão daqui a dez anos e indicar novos produtos de valor agregado para exportamos. Levaremos um tempo para exportar mais manufaturas, mas acontecerá. Podemos pensar nas redes de varejo, com cafeterias e outras bebidas (sucos tropicais), churrascarias e supermercados. Esse é outo ângulo na perspectiva de investimentos brasileiros na China.

NÃO TEMOS UMA AMAZÔNIA SÓ: SÃO VÁRIAS AMAZÔNIAS

EDUARDO ASSAD
Pesquisador da Embrapa, professor do GV Agro e membro do Comitê Científico do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC)



AGROANALYSIS: COMO OLHAR O PROJETO THINK TANK DO AGRONEGÓCIO DA FGV?

EDUARDO ASSAD: Ele busca integrar diversos problemas. Na agropecuária brasileira, como existem questões complexas para serem solucionadas, cabe uma reflexão mais profunda sobre elas. Estamos trabalhando sobre a Amazônia com o propósito de criar um pensamento estratégico e mostrar os caminhos para a sua agropecuária.

COMO SERÁ A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROJETO?

EA: Juntaremos um grupo de especialistas do Brasil para nos ajudar a formular diagnósticos e políticas públicas para a agricultura sustentável, com a intensificação agrícola na Amazônia. Possuímos um grande desafio, porque uma parte da Amazônia foi desmatada. E a grande pergunta é: o que faremos com isso?

E O QUE VOCÊS PRETENDEM FAZER?

EA: A Amazônia possui 60 milhões de hectares desmatados, com corte raso das árvores e vários perfis de produtores, da agricultura familiar à empresarial. É preciso pôr um pouco de ordem do ponto de vista de políticas públicas. O GV Agro dispõe do Observatório ABC (Agricultura de Baixo Carbono). A produção agropecuária na Amazônia está vinculada ao modelo ABC, com as técnicas de sistemas agroflorestais e integração lavoura-pecuária-floresta. Precisamos saber como proporemos isso para cada um dos municípios com altos índices de desmatamento.

EM SUA OPINIÃO, QUAL É O GRANDE DESAFIO?

EA: Não termos uma só Amazônia, mas várias. Precisamos descobrir e entender as ofertas de recursos naturais em cada parte da região. Outra tarefa é compreender a organização e o peso dos produtores de diferentes portes na economia agrícola. Observamos várias tendências a serem seguidas. Outro problema é entender a estrutura fundiária da região para a aplicação de políticas públicas.

COMO ESTÁ O PROJETO?

EA: Começou em abril, com uma série de levantamentos. Como primeiro resultado, constatou-se a redução do desmatamento de 2005 para cá e, ao mesmo tempo, o aumento da produção pecuária. Isso significa uma intensificação produtiva sem desmatamento. Faremos propostas de sistemas florestais com relação a produtos como madeira e fibras, sem provocarmos aumento de desmatamento. Olharemos essa oferta de terras desmatadas na região do Amazonas sob o ponto de vista de intervir e promover condições de desenvolvimento. Não se trata de modernizar, mas sim de estabelecer uma boa prática agropecuária, com o emprego de sistemas sustentáveis. ■



DICOM

AGRONEGÓCIO: O FUTURO CHEGOU.

MESTRADO PROFISSIONAL EM AGRONEGÓCIO

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO: AGROENERGIA | ECONOMIA E GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

O Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV/EESP oferece duas áreas de concentração: Agroenergia e Economia e Gestão do Agronegócio.

Destina-se a profissionais experientes que buscam aprofundar seus estudos e qualificar-se para a administração de empresas direta ou indiretamente ligadas ao Agronegócio e à Agroenergia. O curso conta com professores experientes da FGV, Embrapa e Esalq.

Conheça também os Cursos Master da EESP.

INSCRIÇÕES:
de 27 de julho a 13 de novembro de 2015
www.fgv.br/eesp/escolhaseucurso

FGV EESP

FRASES & COMENTÁRIOS



Esperamos vender menos do que no ano passado, uma redução de 15% a 20%; essa é a expectativa. Não esperamos nada pior do que isso. O agronegócio é um dos segmentos do Brasil que tem as melhores expectativas de crescimento...

ANA HELENA DE ANDRADE, vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), referindo-se ao levantamento referente ao mês de abril, que aponta queda na produção e na venda de máquinas agrícolas

O Cerrado, que é uma região imprópria para o trigo, poderá se tornar produtivo com os transgênicos. Isso vai fazer com que o Brasil seja autossuficiente em trigo na safra 2015/16.

HELIO SIRIMARCO, diretor da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)

Se a biotecnologia agrícola não estivesse disponível para os 18 milhões de produtores que a adotaram em 2013, a manutenção dos níveis de produção global teria exigido 18,1 milhões de hectares extras plantados com soja, milho, algodão e canola. Esta área total é equivalente a 29% das terras agricultáveis do Brasil ou 11% dos Estados Unidos.

Dados do último relatório da consultoria inglesa PG Economics, denominado "GM crops: global socio-economic and environmental impacts"

Já tivemos anúncios anteriores com medidas positivas para o setor, mas não saíram do papel. Por ser bastante minucioso, vamos acompanhar a efetivação das ações.

EDUARDO DAHER, diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), referindo-se ao Plano Nacional de Defesa Agropecuária (PNDA) 2015-2020

O Brasil tem um excedente de 20 milhões de toneladas de milho que são exportadas *in natura*. Perdemos a oportunidade de agregar valor ao cereal...

RICARDO TOMCZYK, da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT), em debate no II Fórum Brasileiro de Etanol de Milho e Sorgo

As políticas públicas e ambientais devem caminhar no mesmo rumo.

MARILENE RAMOS, engenheira ambiental e especialista em gestão de recursos hídricos, ao assumir a presidência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em cerimônia realizada em Brasília-DF

O governo federal vai fracionar e licitar em lotes as 29 áreas para arrendamentos em portos no Pará e em Santos-SP, priorizando, na primeira licitação, áreas destinadas a celulose, no porto paulista, e a grãos, nos terminais paraenses.

EDINHO ARAÚJO, ministro-chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR), em entrevista à Reuters

MACROECONOMIA

O BRASIL NÃO ENFRENTA UMA CRISE ECONÔMICA

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

RECORRENTEMENTE, A mídia, analistas e vários economistas têm utilizado a expressão "crise econômica" para se referir ao momento atual pelo qual passa a economia brasileira. De fato, o momento atual tem sido pontuado por um processo de queda do produto e aumento do desemprego, além de uma inflação bem acima do limite superior da meta para inflação estipulada para este ano.

A realidade dos fatos, no entanto, é outra. O Brasil, atualmente, não enfrenta uma crise econômica de fato. Na verdade, as crises típicas de economias emergentes, em geral, são relacionadas a crises cambiais, crises bancárias, crises financeiras ou crises da dívida pública (seja interna ou externa). Atualmente, a economia brasileira não enfrenta nenhuma crise de tais naturezas.

O que está ocorrendo no momento atual, de fato, é um processo de ajuste econômico recessivo. Tal fenômeno decorre da inversão da política econômica do Governo ocorrida no início de 2015, que passou a ser centrada no combate à inflação e no ajuste das contas públicas.

Para entender esse processo, é preciso, antes de tudo, recordar a forma como a política econômica foi conduzida no primeiro mandato da presidente Dilma. Nesse sentido, vale lembrar que a economia brasileira recuperou-se rapidamente da crise financeira internacional, detonada no segundo semestre de 2008. Após um breve período de recessão, o Brasil voltou a crescer já no segundo semestre de 2009, apresentando uma expressiva recuperação no ano seguinte. Os motores desta recuperação foram, basicamente, os incentivos fiscais e a expansão do crédito que foram estimulados pelo Governo.

No início de 2011, estes estímulos começaram a perder força, e, claramente, era o momento de inverter o eixo da expansão da demanda agregada para um foco maior nos investimentos produtivos. O Governo, no entanto, prosseguiu na estratégia de estimular o crédito, de diferentes formas e modalidades, e incentivos fiscais em diversos setores. Mesmo assim, essa ação se mostrou ineficiente para estimular o aumento do PIB (Produto Interno Bruto), e as taxas de crescimento durante o período 2011-2014 foram baixíssimas. Mais do que isso, a despeito dos alardes do Governo, os investimentos produtivos no País continuaram em patamar baixo, o que limitou a expansão da capacidade produtiva e o aumento da produtividade no período.

O insucesso das medidas adotadas no sentido de estimular o crescimento econômico e os investimentos produtivos no Brasil fez com que o Governo dobrasse, a cada momento, sua aposta nessa estratégia. Nesse sentido, mesmo com a inflação dando mostras de alta e de desvio do centro da meta de 4,5%, o Banco Central afrouxou a política monetária ao longo de 2012, o que alimentou ainda mais o processo inflacionário. Para tentar manter suas apostas e aliviar as pressões inflacionárias, o Governo concedeu desconto na energia elétrica, redução de impostos de itens da cesta básica etc. Mesmo assim, a inflação brasileira, medida pelo IPCA, seguiu subindo ao longo de 2013 e 2014. O Banco

Central iniciou o processo de elevação da taxa de juros em abril de 2013, mas de forma lenta e com um grau de aperto relativo incompatível com o processo de elevação da inflação em curso. Nesse meio tempo, os excessos fiscais praticados pelo Governo começaram a cobrar sua conta, e um dos pilares da estabilidade, o superávit primário, deixou de existir, sendo verificado um déficit no ano passado.

As apostas do Governo no período 2011-2014 em termos de inflação, crescimento econômico e aumento dos investimentos produtivos foram malsucedidas, e a situação tornou-se claramente insustentável no final do ano passado. A troca da equipe econômica, orientada para o ajuste das contas públicas e o maior foco no combate à inflação, representou uma clara inversão da estratégia da política econômica do período anterior.

Nesse sentido, a recessão a qual o País atravessa neste momento não é fruto de crise econômica alguma (doméstica ou internacional), mas sim de uma reorientação de política econômica e da necessidade de um ajuste fiscal com caráter recessivo e de uma política monetária mais orientada para o combate à inflação.

Em outras palavras, este ano será marcado por uma recessão econômica (fruto do ajuste necessário), com aumento do desemprego até o final do ano. As questões que restam residem em duas dimensões: a velocidade de queda da inflação e sua convergência para o centro da meta e quando (e como) se dará a retomada do crescimento econômico brasileiro. ■

ISTOCKPHOTO



AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

GOOGLE INVESTE NO AGRONEGÓCIO

O Google amplia sua participação em negócios voltados a agricultura. A empresa está investindo em uma *start-up*, sediada em São Francisco, nos EUA, que desenvolveu um sistema de processamento de dados que ajuda agricultores norte-americanos a elevarem a produtividade e economizarem dinheiro. Computadores captam e avaliam dados públicos e privados sobre desempenho das safras, padrões climáticos e práticas agrícolas a fim de ajudar os agricultores a produzirem mais, além de eliminar aplicações desnecessárias de fertilizantes ou pesticidas. Segundo Andy Wheeler, sócio da Google Ventures, esta ferramenta irá liderar a próxima onda de ganhos de produtividade na agricultura.

NOVO PRAZO PARA O CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)

ISTOCKPHOTO



Criado pela Lei nº 12.651/2012, que instituiu o Código Florestal, todos os imóveis rurais do Brasil deverão ter de forma obrigatória o CAR. O prazo previsto era 5 de maio último, mas o Governo estendeu por mais um ano esta obrigação. Sua finalidade é a de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, de modo a compor uma base de dados para controle, monitoramento e planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

Aproximadamente 1,4 milhão de propriedades, que representam 53% da área do País, foram registradas na base do sistema (Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – Sicar). O universo é de 5,17 milhões de imóveis rurais em território nacional. Cerca de 45% dos proprietários com CAR declararam a intenção de, voluntariamente, aderirem ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

PERDAS DE ALIMENTOS

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) estuda a criação, para a América Latina e o Caribe, de uma rede em torno da cadeia produtiva de alimentos. A proposta é a de monitorar as perdas médias destes gêneros na região. No Brasil, o desperdício é de 30% na pós-colheita nos frutos e 35% nas hortaliças, índice semelhante à média mundial – o desperdício no mundo corresponde a 1,7 bilhão de toneladas. "O desperdício ocorre quando o alimento produzido é jogado fora, ou seja, quando ele não chega a quem necessita", afirma Murilo Freire, da Embrapa Agroindústria de Alimentos.

HORIZONTE 2015-2020

Criação da uma Lei Agrícola para o Brasil

O governo federal anunciou o início dos trabalhos para se criar uma Lei Agrícola no Brasil. O objetivo é consolidar todos os programas de política do setor em uma única legislação. Kátia Abreu, ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), registra que "a proposta é para começar os estudos para termos uma legislação para cinco anos, assim como os Estados Unidos possuem a Farm Bill e a União Europeia possui a Política Agrícola Comum (PAC)". Um dos pilares mais importantes será o seguro agrícola contra desastres naturais e como garantia de renda contra baixa de preços no mercado.



VALTER CAMPANATO/ABR

Ministra do MAPA

Plano de defesa agropecuária

A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento entregou à presidenta Dilma Rousseff o Plano de Defesa Agropecuária (PDA), que define estratégias e ações para evitar e combater pragas nas lavouras e doenças nos rebanhos brasileiros. O Plano atualizará as normas sanitárias à realidade do agronegócio do País, além de adaptar procedimentos e capacitar ainda mais os técnicos a tomarem decisões na área sanitária.

O PDA está alicerçado em seis pontos:

- Modernização e desburocratização, por meio da informatização e simplificação de processos;
- Atualização da legislação e padronização das diretrizes nas diversas esferas federativas a fim de instituir um Código de Defesa Agropecuário;
- Desenvolvimento de técnica de análise de risco para pragas e doenças, para reduzir em 30% os custos da defesa agropecuária;
- Levantamento e projeção do custo real da defesa agropecuária;
- Modernização do parque de equipamentos tecnológicos e ampliação dos programas de controle e erradicação de pragas e doenças;
- Criação de comitês regionais e canais de comunicação com fiscais de defesa agropecuária para avaliação e monitoramento.

TECNOSHOW COMIGO 2015

Realizada em Rio Verde-GO, a 14ª edição atingiu R$ 1,1 bilhão em negócios e número recorde de visitantes: 104 mil pessoas. É a maior feira de tecnologia rural do Centro-Oeste e está posicionada entre as quatro maiores do País. A próxima versão já tem data marcada: de 11 a 15 de abril de 2016. Antonio Chavaglia, presidente da COMIGO, cooperativa que organiza a Feira, fez balanço positivo dos números: "foi uma surpresa muito boa. Mais uma vez, mostramos tecnologia e os expositores e produtores acreditaram. Apresentamos os produtos mais modernos em máquinas, implementos, insumos e experimentos, na busca de mecanismos para melhorar a renda no campo".

TECNOSHOW
A MARCA DA INOVAÇÃO RURAL
Comigo

RESULTADO DA AGRISHOW 2015

A direção da Agrishow 2015 contabilizou uma queda de 30% no volume de negócios na feira em comparação ao ano passado. O plano inicial pretendia comercializar R$ 2,7 bilhões, similar ao volume de vendas da edição anterior. A feira contou com cerca de 800 expositores e um público estimado de 160 mil visitantes. De acordo com o presidente da feira, Fábio Meirelles, a alta dos juros e a incerteza política foram as principais causas da grande queda na realização de negócios. Meirelles frisou que a crise de confiança generalizada no País é sentida também pelo produtor rural.

CHINA COMPRARÁ MAIS SOJA

Maior comprador mundial de soja, com cerca de 60% do total, a China deverá importar a quantidade recorde de 77 milhões de toneladas na safra 2015/16. Este número representa um incremento de 5,5% em comparação ao da temporada passada, segundo previsão do Centro de Informações de Grãos e Oleaginosas da China (CNGOIC, na sigla em inglês). Já a estimativa do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) é um pouco maior, de 77,5 milhões de toneladas. A leguminosa é uma das principais matérias-primas para a produção das rações utilizadas na produção de carne, cujo consumo aumenta no país.

QUEDA NA PRODUÇÃO DE SUCO DE LARANJA

A produção brasileira de suco de laranja deverá cair para 810 mil toneladas (equivalente congelado e concentrado) na safra 2015/16, ante uma quantidade registrada de 1,12 milhão de toneladas no período anterior. A estimativa é da CitrusBR, que reúne as maiores exportadoras do produto do País. A colheita de São Paulo e do sul de Minas Gerais, onde está concentrada a indústria de suco do Brasil, foi avaliada em 279 milhões de caixas de 40,8 kg, informou o Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus). Segundo Ibiapaba Netto, diretor da CitrusBR, "a indústria deverá processar 220 milhões de caixas do total estimado, sendo a diferença dirigida para o consumo interno de fruta *in natura*".

CARNE BOVINA PARA OS ESTADOS UNIDOS

Com a diminuição do rebanho bovino nos Estados Unidos, a produção de carne também foi reduzida para o consumidor daquele país, que teve de importar 1,4 milhão de toneladas em 2014. "O Brasil aguarda a abertura desse grande mercado, cujas barreiras servem também de referência e orientação para as nações da América Central", diz Antonio Jorge Camardelli, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec). Os procedimentos para atendimento das barreiras técnicas estão acertados entre Brasil e EUA, mas faltam ajustes nos sistemas de inspeção e certificação sanitária. No começo, as exportações serão de carne *in natura* para hambúrguer, pois falta competitividade para atuarmos na carne *gourmet*.

MELHOR CENÁRIO DO AGRO

O panorama é de uma oferta menor de carne bovina nos dois principais fornecedores mundiais. A Austrália está em fase de recomposição do rebanho, com retenção de matrizes e redução na quantidade de animais abatidos na ordem de 1 milhão a 2 milhões de cabeças neste ano. Nos Estados Unidos, o tamanho do rebanho caiu de 132 milhões de cabeças para 89,8 milhões, a partir de 1975. Lá, os pecuaristas iniciam a fase de retenção de fêmeas. Para o Brasil, a bovinocultura apresenta o melhor cenário do agro, de acordo com Alexandre Mendonça de Barros, sócio consultor da MB Agro. Há possibilidade de o País entrar em novos mercados como o Japão e a Coreia do Sul. A grande notícia foi o acordo firmado com a China, cujas importações anuais deverão passar de 1,5 milhão de toneladas para 5,0 milhões.

CORTE NO ORÇAMENTO DO MAPA

O governo federal definiu cortes nos recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) de até 30% de seu orçamento de custeio e investimentos aprovado inicialmente. As restrições envolvem atividades como fiscalização e inspeção de frigoríficos e laticínios, despesas com pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), investimentos, entre outras.

ORÇAMENTO INICIAL DE CUSTEIO DO MAPA

ITEM	VALOR (R$ BILHÃO)	PARTICIPAÇÃO
Administração geral	4,74	40,5%
Abastecimento	2,22	19,0%
Promoção da produção agropecuária	1,66	14,2%
Previdência do regime estatutário	1,56	13,3%
Desenvolvimento tecnológico e engenharia	0,44	3,7%
Defesa agropecuária	0,33	2,8%
Proteção e benefícios ao trabalhador	0,20	1,7%
Outros	0,55	4,7%
Total	**11,70**	**100,0%**

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DO MAPA

ITEM	VALOR (R$ MILHÃO)*	PARTICIPAÇÃO
Administração geral	38	88,7%
Tecnologia da informação	4,8	11,3%
Total	**42,8**	**100,0%**

* Estas verbas são consignadas à Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), à Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG) e às Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (CEASAMINAS)



arteria

PROJETO PIONEIRO, COBERTURA NACIONAL, PESQUISADORES DE RENOME E MONITORAMENTO EM TEMPO REAL: TUDO NUM CLIQUE.

WWW DEPRIMEIRASEMDUVIDA.COM.BR

O DE PRIMEIRA, SEM DÚVIDA É UM PROJETO PIONEIRO QUE APRESENTA EM TEMPO REAL O MONITORAMENTO DAS LAVOURAS DE SOJA. PRESENTE EM DIVERSAS ESTAÇÕES NO BRASIL, CONTA COM A SUPERVISÃO DE ALGUNS DOS PRINCIPAIS PESQUISADORES DO AGRONEGÓCIO. ALÉM DE OFERECER ORIENTAÇÕES SOBRE O MOMENTO ADEQUADO PARA A APLICAÇÃO DE FUNGICIDAS E O MÁXIMO CONTROLE DE DOENÇAS. **ACESSE WWW.DEPRIMEIRASEMDUVIDA.COM.BR E CONFIRA O TRABALHO DESENVOLVIDO NAS LAVOURAS EM TEMPO REAL.**

BAYER Bayer CropScience

Se é Bayer, é bom

ACIONE O QR CODE DO SEU SMARTPHONE OU TABLET E ACESSE O SITE.

WWW.DEPRIMEIRASEMDUVIDA.COM.BR 0800 011 5560

AJUSTE FISCAL

O DESAFIO DO GOVERNO E A CONTRIBUIÇÃO DO AGRONEGÓCIO

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

ROBERTA POSSAMAI
Economista pela Universidade de São Paulo (USP) e aluna do Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV (MPAgro) – roberta.possamai@gvmail.br

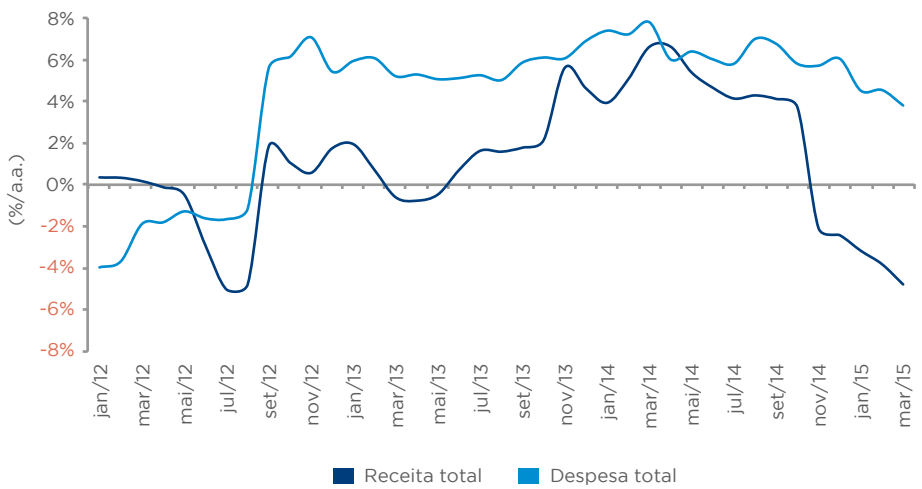
DENTRE OS principais desafios que a economia brasileira tem que enfrentar para reencontrar uma trajetória de crescimento sustentado, com certeza, o ajuste fiscal merece um lugar de destaque. Embora o agronegócio não passe ileso pelos ajustes, até o momento, o setor não está entre aqueles que pagarão as maiores fatias dessa conta, pois o Plano Safra 2015/16 deverá manter o volume de recursos da safra anterior, em termos nominais, elevando a taxa de juros do crédito rural.

COMO AS CONTAS PÚBLICAS FICARAM TÃO DESARRANJADAS?

Foi um processo construído ao longo dos últimos anos que combinou forte expansão dos gastos e desaceleração do crescimento da arrecadação. De acordo com os números da Secretaria do Tesouro Nacional, do lado das despesas, merecem destaque:

- Forte expansão dos gastos associados a políticas sociais: entre 2003 e 2014, os dispêndios

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS DO GOVERNO CENTRAL
VARIAÇÃO ACUMULADA EM DOZE MESES DEFLACIONADA PELO IPCA



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

com transferência de renda a indivíduos cresceram, em média, 8% a.a. em termos reais (isto é, já descontado o efeito da inflação medida pelo IPCA). Em 2014, as despesas associadas a estas transferências responderam por 49,8% de todos os gastos correntes do governo federal (ou seja, todos os gastos excluído o pagamento de juros da dívida pública);

- Forte expansão das despesas com saúde e educação: entre 2003 e 2014, os gastos do governo federal com saúde e educação, excluindo despesas com pessoal, cresceram, em média, 6,0% a.a. e 12,8% a.a., respectivamente; e

- Por fim, os gastos com salários e encargos do funcionalismo público cresceram 4,8% a.a., em média, no período.

O desarranjo das contas públicas passou a ficar crítico a partir de 2012, quando a arrecadação começou a perder fôlego. Entre 2003 e 2011, as despesas correntes totais do governo federal cresceram 7,25% a.a., e as receitas, 7,17% a.a., ambas em termos reais. Porém, a partir de 2012, enquanto os gastos expandiram, em média, 6,10% a.a., as receitas cresceram apenas 1,20% a.a. Essa situação ficou ainda mais complicada em 2014, pois a expansão de 6,0% dos gastos foi acompanhada por uma contração de 2,6% das receitas. Esta contração está associada, de um lado, às políticas de desonerações (folha de pagamentos, IPI etc.) e, de outro, à desaceleração da atividade econômica.

Como resultado dessa combinação, em 2014, a economia brasileira registrou:

- um déficit primário (ou seja, excluindo o pagamento de juros) de R$ 20,4 bilhões (ou 0,4% do PIB) – o primeiro déficit primário desde 1997; e

- uma expansão de R$ 271,5 bilhões na dívida bruta em 2014.



ISTOCKPHOTO

POR QUE DESFAZER ESSE DESARRANJO É TÃO COMPLICADO?

No papel, a solução é simples: basta combinar corte de despesas e elevação das receitas. Porém, apesar do esforço da atual equipe econômica, tirar essa solução do papel não é fácil:

- Com relação ao corte de gastos, como reduzir dispêndios com políticas sociais e folha de pagamento se algumas despesas se tornaram direitos adquiridos (por exemplo, previdência e funcionalismo público), outras representam benefícios que atendem uma fração importante da população (seguro-desemprego, abono salarial, "bolsa-família") e, por fim, o que sobrou está associado a gastos obrigatórios (saúde e educação)?
- Do lado das receitas, o desafio não é menor; como aumentar a arrecadação em uma economia em que a carga tributária já é tão alta (35,9% do PIB, em 2014)? Além disso, como reverter as desonerações ou a redução dos impostos em um momento em que a economia está em recessão?

Enfim, ao comparar os números do primeiro trimestre de 2015 aos do de 2014, constata-se que, em termos reais, as despesas recuaram apenas 0,8%, porém as receitas encolheram 4,4%. Além disso, embora modesta, essa redução dos gastos foi alcançada com uma retração de 31,3% dos investimentos federais – o que, certamente, comprometerá a intensidade da recuperação em 2016. ■

COMO O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO ESTÁ SENDO ATINGIDO PELO AJUSTE FISCAL?

Os cortes de despesas do governo federal têm sido generalizados. Naturalmente, o agronegócio não será uma exceção. Assim como outros setores, o universo agro beneficiou-se fortemente da expansão dos gastos do Governo na última década. Por um lado, o volume de recursos do crédito rural expandiu, em média, 10,3% a.a. em termos reais entre 2003 e 2014, e, por outro lado, a taxa de juros cobrada chegou ao piso de 5,5% a.a. nas safras de 2012/13 e 2013/14.

Claramente, não há como manter essa dinâmica. A contribuição do setor para o ajuste fiscal provavelmente será dada por dois canais:

• Em termos reais, o volume de recursos disponibilizado pelo Plano Safra 2015/16 deve ser menor do que aquele ofertado pelo Plano Safra 2014/15;

• A taxa de juros do crédito rural também deverá ser mais alta (algo entre 8,5% a.a. e 9,5% a.a.).

Apesar de estes números parecerem desfavoráveis, se confirmados, representarão uma boa notícia para o setor e uma importante conquista da ministra Kátia Abreu: (i) em termos nominais, não terá havido corte no volume de recursos oferecido pelo Plano Safra – serão os mesmos R$ 160 bilhões oferecidos na safra passada, apenas não havendo a reposição da inflação; e, (ii) com relação aos juros, a diferença entre a taxa Selic e a taxa cobrada pelo crédito rural é paga pelo Tesouro às instituições financeiras que concederam o crédito, e não há espaço no orçamento para aumentar esta despesa.

ALGODÃO DE PLUMA

ALTA DE PREÇOS NÃO EVITA PREJUÍZO

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

A EXPECTATIVA de uma menor produção de algodão na temporada atual provocou uma forte elevação nos preços da pluma nos primeiros meses do ano. Mais uma vez, o momento da venda da produção deve determinar o lucro ou o prejuízo da atividade. O ponto de equilíbrio – quando receitas igualam os custos – para o produtor médio do Mato Grosso é de R$ 65,33 por arroba. Esta cotação foi atingida a partir de meados de março de 2015, ou seja, quem vendeu a produção antes desta data teve prejuízo.

Com o plantio concluído no final do primeiro trimestre no Mato Grosso (maior produtor nacional), foi possível a redução na área plantada com algodão na safra 2014/15. Além dos baixos preços apurados na temporada passada, o atraso na colheita da soja neste ano prejudicou o programa de plantio da cultura de algodão de segunda safra.

Segundo o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA), foram semeados 552,78 mil hectares no Mato Grasso, dos quais 77% correspondem ao algodão de segunda safra, com colheita a partir do final deste primeiro semestre. A área plantada no estado diminuiu 28,7%, na safra de verão, e 9,0%, na segunda safra, em comparação ao ciclo anterior. Já a produção total de pluma está estimada em 856,2 mil toneladas, com redução de 13,9% em relação ao colhido na safra 2013/14.

Com a expectativa de menor produção, os preços da pluma de algodão subiram 32,3% de janeiro a maio de 2015, no Mato Grosso. O preço médio no estado, neste ano, está em R$ 62,08 por arroba, com negócios acima de R$ 70,00 por arroba em maio. Em 2014, o preço médio em maio foi R$ 63,93 por arroba, no estado.

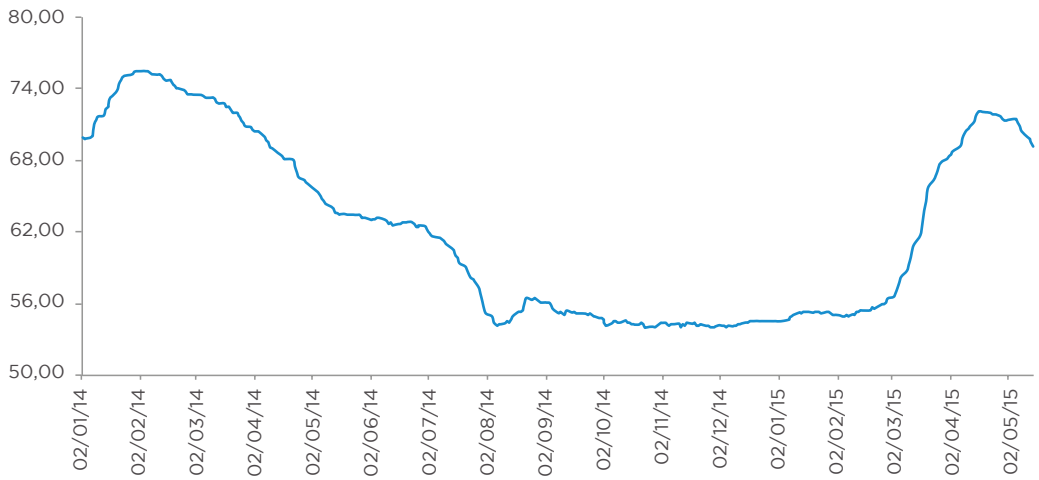
RONDONÓPOLIS-MT: RESULTADO ECONÔMICO DA PRODUÇÃO DE ALGODÃO NA SAFRA 2014/15

ITENS	Cenário 1 Preço médio de 2015	Cenário 2 Preço médio da 1ª quinzena de maio de 2015	Estimativa para a safra 2015/16
Custo de produção (R$/ha)	6.745,86	6.745,86	7.898,10
Produtividade média (@/ha)	103,26	103,26	103,26
Preço médio de venda (R$/@)	62,08	70,41	70,41
Receita (R$/ha)	6.410,38	7.270,54	7.270,54
Lucro/prejuízo (R$/ha)	**-335,48**	**524,68**	**627,56**
Preço médio da terra (R$/ha)	13.600,00	13.600,00	13.600,00
Rentabilidade média (%)	**-2,5**	**3,9**	**-4,6**

Fonte: Scot Consultoria

MATO GROSSO: PREÇOS MÉDIOS DA PLUMA DE ALGODÃO

R$ POR ARROBA



Fonte: Cepea

A alta de preços aumentou a movimentação e a comercialização da produção. No começo de maio último, mais de dois terços do volume previsto de pluma de algodão já tinham sido comercializados para entrega futura. Neste mesmo período da safra 2013/14, esta taxa de comercialização estava em 40%.

Até o final de maio, com a retomada da colheita do algodão de segunda safra, essa sustentação dos preços poderá perder força. No entanto, os analistas não apostam em quedas expressivas, devido ao quadro de menor oferta na temporada e demanda firme do mercado internacional.

RESULTADOS ECONÔMICOS

Para traçar uma simulação do cálculo da rentabilidade média da produção de algodão na região de Rondonópolis, no estado do Mato Grosso, para a safra 2014/15, foram tomados dois cenários: o primeiro com o preço médio de venda de 2015 (início de janeiro até a segunda semana de maio); e o segundo com o preço médio registrado nos primeiros quinze dias de maio de 2015.

O custo de produção (custo operacional) foi de R$ 6.745,86 por hectare, e a produtividade média está estimada em 103,26 arrobas por hectare em 2014/15, segundo o IMEA. Para o cálculo da rentabilidade, foi utilizado o preço médio da terra na região. No primeiro cenário, o resultado é negativo, com prejuízo de R$ 335,48 por hectare e rentabilidade média de -2,5%. No segundo cenário, o resultado é positivo, com lucro de R$ 524,68 por hectare e rentabilidade média de 3,9%.

Para a safra 2015/16, os custos de produção por hectare de algodão estão estimados em R$ 7.898,10, com aumento de 17,1% em relação à safra anterior. O dólar valorizado em relação ao real impactou diretamente nos preços dos insumos agrícolas, como defensivos e fertilizantes. Os custos com energia, combustíveis e mão de obra também subiram.

Se considerarmos a mesma produtividade média da temporada atual e preços de venda próximos dos R$ 70,00 por arroba, como verificado em maio deste ano, o produtor terá, na safra 2015/16, um prejuízo de R$ 627,56 por hectare ou uma rentabilidade negativa de 4,6%.

Para manter o resultado positivo do cenário 2 da safra 2014/15 (R$ 524,68/@), o preço médio de venda, na próxima safra, deve estar próximo de R$ 81,50/@ de pluma, ou seja, 15,7% superior ao preço médio registrado em maio de 2015. No entanto, ainda é muito cedo para apostar em alguma previsão. ■

CITRICULTURA

PERSPECTIVAS PARA A PRODUÇÃO BRASILEIRA

MARCOS FAVA NEVES
Professor na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP)

RAFAEL BORDONAL KALAKI
Consultor e pesquisador da Markestrat

A CADEIA produtiva da citricultura tem um papel importante para a sociedade brasileira, pela contribuição econômica e social: por ano, movimenta aproximadamente US$ 15 bilhões e exporta US$ 2,5 bilhões, enquanto a sua produção agrícola, junto com a agroindústria, gera 230 mil postos de trabalho.

Diante disso, realizamos uma análise sobre os desafios atuais e as perspectivas de futuro desse setor, dividida entre os cinco principais elos da cadeia produtiva: o consumidor, o varejista (quem vende para o consumidor), o engarrafador (quem compra o suco da indústria brasileira, embala e vende para o varejista), a indústria processadora e os produtores de laranja, sem deixar de apontar a importância do setor de insumos.



ISTOCKPHOTO

O QUE ESPERAR PARA 2015?

Há dois projetos importantes em andamento no País. Um é o modelo de precificação definido pelo Conselho dos Produtores de Laranja e das Indústrias de Suco de Laranja (Consecitrus). Outro passo importante foi o início do "Censo da Laranja", realizado pelo Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus), numa parceria entre a Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR) e a Markestrat com o objetivo de quantificar o parque citrícola brasileiro e melhorar a metodologia de previsão de safra.

Na produção, as próximas safras de laranja podem ser afetadas por estiagens, a exemplo do vivenciado recentemente no estado de São Paulo. Como nos Estados Unidos haverá queda, teremos uma oferta menor de suco de laranja no mundo. Caso o consumo se mantenha, ocorrerá uma diminuição dos estoques globais de suco. Isso terá reflexos positivos no preço do suco e da caixa da fruta no mercado brasileiro.

Estamos diante de dois caminhos: i) manter o tamanho do mercado e buscar mais rentabilidade; e ii) fazer o mercado voltar a crescer. Nossa leitura do mercado de suco de laranja é a de que o consumo não comporta um crescimento na oferta. Como os tempos de expansão se foram, cabe trabalhar por uma cadeia produtiva rentável, seguindo o que todos nós sabemos: mais produtividade e cooperação.

ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ELOS DA CADEIA PRODUTIVA DA LARANJA NO BRASIL

CONSUMIDOR

- 95% da produção destinada à exportação (consumidor internacional);
- Período de 2004 a 2013: baixa no consumo mundial de 11%, apesar dos preços em gôndola nos EUA e na Europa terem se mantido praticamente estáveis. Esse volume corresponde a 75 milhões de caixas de laranja esmagada. A maior queda na demanda de suco acontece entre os maiores consumidores (EUA e Europa). O aumento do consumo nos outros países emergentes não compensa a queda no consumo mundial;
- Razões da queda no consumo: lançamento de outros tipos de bebidas; notícias sobre a presença de açúcar nos sucos; e a recomendação de que o consumo de frutas *in natura* é mais saudável.

VAREJO

- Varejo fortalecido com o aumento da concentração do setor (menor número de clientes);
- Crescimento da participação de marcas próprias dos supermercados;
- Competição de preços cada vez mais acirrada (site de comparação e compra *on-line* de produto);
- Maior poder de negociação com os fornecedores de suco;
- Compra de linha completa de produtos de poucos fabricantes para evitar custos de transação;
- Preferência por produtos com margens mais largas por metro quadrado e maior giro de estoque.

ENGARRAFADOR

- Forte concentração, principalmente nos EUA e na Europa;
- Fechamento e saída de empresas de suco do mercado;
- Não trabalha exclusivamente com suco de laranja (as empresas multibebidas podem não estar comprometidas com a indústria de suco);
- Busca ter linha completa de produtos (diversos sucos e bebidas) para melhor atender a demanda dos varejistas;
- Preços de venda do suco a valores similares aos da água no mercado europeu, com baixa ênfase no aspecto nutricional.

PROCESSAMENTO

- Mercado mundial de suco: empresas brasileiras participam com 57% da produção e 79% das exportações;
- Mercado brasileiro de suco: três empresas participam com mais de 90% da produção;
- Alta eficiência na produção industrial e na logística de distribuição;
- Empresas uniproduto: a produção de somente um tipo de bebida diminui o poder de negociação com engarrafadores;
- Marca própria (integração vertical para frente): o cliente (varejo) viraria seu concorrente;
- Pressão nos custos de produção da matéria-prima nos últimos anos;
- Flutuações no preço internacional do suco de laranja concentrado congelado.

PRODUÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA

- Baixa produtividade em grande parte dos pomares;
- Pressão de custos com mão de obra, doenças, pragas e preços da terra;
- Alta variação na produtividade, que varia de 300 a 2.000 caixas por hectare;
- Sujeição a volatilidade nos preços e na rentabilidade;
- Saída de produtores por problemas financeiros e de sucessão, entre outros. ■



Quem produz com pulverizadores, tratores, plantadeiras e colheitadeiras John Deere conta com a mais alta tecnologia, durante todo o ciclo, desde a coleta, análise e diagnóstico de dados, possibilitando um gerenciamento eficiente do processo produtivo. As soluções integradas John Deere garantem redução de custos e muitas outras vantagens para você.

- Maior produtividade.
- Fácil operação das máquinas, que atuam através das instruções do AMS.
- Melhor eficiência durante todo o ciclo.

JOHN DEERE

JohnDeere.com.br/PorGerações

0800 891 4031

MATRIZ ELÉTRICA BRASILEIRA

O RENASCIMENTO DA BIOELETRICIDADE

EDUARDO TOBIAS N. F. RUIZ

Diretor da Clean Energy Latin America (CELA), mestre em Agroenergia pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e autor do livro "Análise de Investimento em Projetos Greenfield de Bioenergia"

A EMPRESA de Pesquisa Energética (EPE) estima que o consumo de energia no Brasil crescerá 40% nos próximos dez anos[1]. Desta forma, será preciso aumentar significativamente a oferta de energia, inclusive de eletricidade, para atender esta demanda pujante; sem risco de suprimento (apagões) e, de preferência, a custos que não inviabilizem a retomada do crescimento da indústria nacional.

Para isso, estão disponíveis no Brasil diversas fontes de eletricidade viáveis em grande escala: algumas cuja disponibilidade tem característica intermitente, como a eólica e a solar (a incidência varia ao longo de um dia); outras são de característica sazonal, como a hidroeletricidade e a bioeletricidade do bagaço da cana. Além disso, há as chamadas fontes firmes ou de base, ou seja, que permitem geração de eletricidade contínua e sem volatilidade, como o gás natural, a nuclear, o carvão mineral, o óleo combustível e as florestas energéticas.

O atual desafio do Brasil tem sido o de aumentar a geração firme para reduzir a dependência pelas hidrelétricas. No entanto, as atuais térmicas a gás natural, carvão e óleo combustível têm um custo de geração muito alto, dentre outras razões, por terem sido desenhadas como plantas de *backup*, ou seja, para operar esporadicamente, e não de forma contínua, como tem sido necessário.

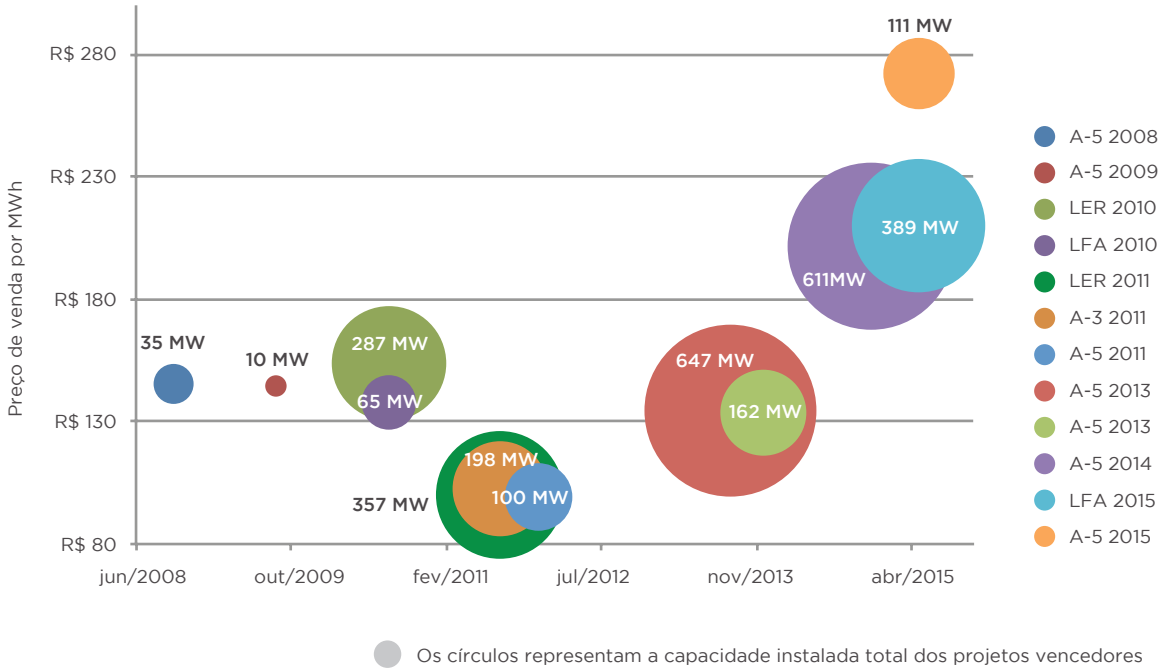
Logo, o Ministério de Minas e Energia e a EPE começaram a estimular o desenvolvimento de novos projetos de geração térmica de base via leilões federais, como, por exemplo, o leilão chamado A-5 (venda futura para entrega em cinco anos), ocorrido em 30 de abril último. Nessa leva-da, o Governo, a partir de 2013, passou a considerar a bioeletricidade também como uma fonte de geração de base, independentemente da biomassa utilizada.

Como os projetos com gás natural e carvão são os de maior custo de geração, o preço-teto dos leilões foi majorado para que se tornassem viáveis. Com essa mudança, os projetos *greenfield* de bioeletricidade e os de expansão de capacidade instalada – alguns engavetados há quase dez anos – finalmente voltaram a se tornar competitivos. O gráfico ao lado ilustra essa quebra de paradigma. A quantidade de megawatts vencidos por projetos de bioeletricidade nos leilões federais aumentou consideravelmente. Como referência, a capacidade instalada total atual dos projetos de bioeletricidade no Brasil é de 12.368 MW[2], o que representa 8,62% da matriz elétrica brasileira.

Entre 2008 e 2011, foram vendidos, em média, apenas 263 MW de capacidade em projetos de bioeletricidade por ano, sendo que, em 2012, não houve venda alguma. Neste período, os preços médios de venda da energia elétrica despencaram, principalmente em função do ganho de competitividade dos projetos eólicos, inviabilizando uma maior participação da bioeletricidade.

Entretanto, a partir do segundo semestre de 2013, com a segregação dos leilões de eólica e de biomassa e com a retomada dos preços, os projetos de bioeletricidade voltaram a vender volumes relevantes de energia elétrica. No leilão A-5 de agosto de 2013, por exemplo, foram vendidos 647 MW de capacidade, sendo 300 MW – de forma inédita – a partir de projetos de grande porte usando cavaco de madeira, e o restante a partir de bagaço de cana.

RESULTADO DOS LEILÕES DE BIOELETRICIDADE



Nota: LER = Leilão de Energia de Reserva; LFA = Leilão de Fontes Alternativas; A-5 significa venda para início da entrega da energia elétrica em cinco anos; A-3 significa venda para início da entrega da energia elétrica em três anos; as edições do LER e do LFA também são para entrega futura, mas o prazo é variável de acordo com o edital de cada leilão
Fonte: CCEE

Só nos últimos seis meses, houve três leilões de energia elétrica térmica, nos quais dezenove projetos de bioeletricidade foram vencedores, com capacidade total de 1.112 MW, além de um aumento no preço médio da eletricidade de 102% em relação ao leilão de agosto de 2013. Com isso, a bioeletricidade provou-se mais competitiva do que o gás natural e o carvão, competindo de igual para igual em relação a eles. Vive-se, portanto, um verdadeiro renascimento da bioeletricidade.

É importante destacar que, apesar de esses volumes serem expressivos se comparados à capacidade instalada total de bioeletricidade, eles são equivalentes a apenas uma fração do volume de energia elétrica fóssil recentemente adquirida nos leilões. Os projetos de gás natural e carvão mineral, individualmente, são de escala bem superior aos de bioeletricidade. Em outras palavras, a principal restrição para a expansão da bioeletricidade no Brasil finalmente deixou de ser o mercado ou o Governo e passou a ser a própria capacidade do setor privado de desenvolver novos e maiores projetos *greenfield*. E, para isso, o Brasil tem potencial agrícola e tecnologia industrial disponível: desde a otimização do uso do bagaço e a inserção da palha nas usinas até a produção e a combustão de florestas energéticas, sorgo-biomassa e cana-energia, além dos resíduos.

Saldo final: ganha o meio ambiente, ganha o setor da bioeletricidade e ganham os consumidores, que continuarão, no futuro, consumindo energia limpa e pagando um preço bem mais baixo do que os atuais custos de geração das térmicas a gás, óleo e carvão. ■

1 Plano Decenal de Expansão de Energia 2023 (2014); 2 ANEEL (2015)

COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

INSTRUMENTO DE SUSTENTAÇÃO DE RENDA

DAVI R. DE MOURA COSTA
Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP) e coordenador do Observatório do Cooperativismo

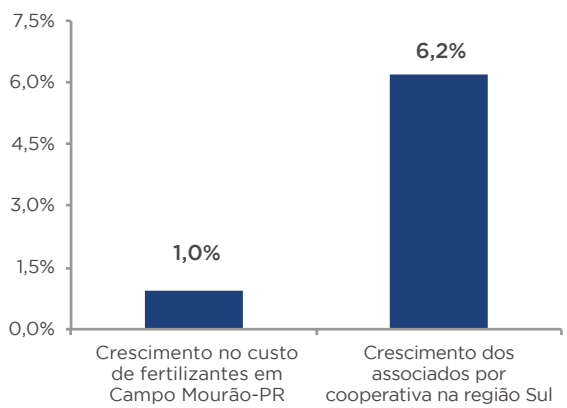
CAROLINA DE FIGUEIREDO BALIEIRO
Pesquisadora do Observatório do Cooperativismo

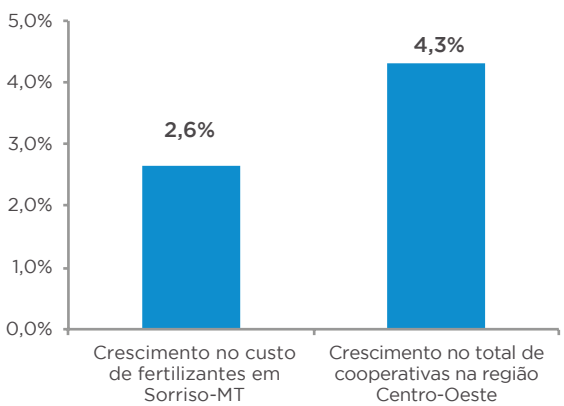
A SEPARAÇÃO entre os diferentes setores envolvidos no agronegócio mostra como o produtor rural depende de mecanismos contratuais que lhe agreguem economia de escala para se relacionar com os setores antes e depois da porteira. Produtores rurais dentro da porteira e sem economia de escala suficiente têm desvantagens nas relações contratuais com fornecedores de insumos e compradores de seus produtos. O desbalanceamento de forças é evidente quando há choques de custos no processo produtivo, como aumentos nos preços dos insumos.

Cooperativas agropecuárias são exemplos de mecanismos contratuais que tentam equalizar as forças em favor daqueles dentro da porteira. São formas de incentivos contratuais aos produtores à medida que há elevações nos preços dos insumos e/ou quando há um cenário de baixa nos preços das *commodities*, pois geram ganhos de escala e contribuem para a sobrevivência dos mesmos.

De 2010 a 2013, as cooperativas agropecuárias foram mais atrativas aos produtores no País, justamente pelas altas nos preços dos insumos,

TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO ANUAL DO TOTAL DE COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS, DO TOTAL DE ASSOCIADOS POR COOPERATIVA E DOS CUSTOS DE FERTILIZANTES
DE 2010 A 2013





Fonte: OCB; Conab

PRÊMIO DEFESA VEGETAL





EDUCANDO O CAMPO PARA CULTIVAR O FUTURO.

VEM AÍ A 18ª EDIÇÃO DO PRÊMIO DEFESA VEGETAL, UMA HOMENAGEM A QUEM TRANSFORMA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL.

Em seus 18 anos, o Prêmio Andef – agora, Prêmio Defesa Vegetal – destaca os produtores rurais e as instituições do agronegócio que utilizam os recursos naturais de maneira consciente, aplicando a educação e a tecnologia para revolucionar a agropecuária brasileira.
Quem inova na produção de alimentos merece todo o reconhecimento.

29 junho
Local: WTC São Paulo

premiodefesavegetal.com.br
Acesse e saiba mais!

Realização: ANDEF – Associação Nacional de Defesa Vegetal

Apoio: OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras; ANDAV – Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários; inpEV – Instituto Nacional de Processo de Embalagens Vazias



ISTOCKPHOTO

como, por exemplo, dos fertilizantes, consequência do aumento no preço do petróleo. Esse quadro é confirmado pela constatação do aumento de associados por cooperativa nas regiões em que há limitação de alcance em economia de escala no nível da propriedade rural, assim como pelo crescimento do número de cooperativas agropecuárias nas regiões com gargalos no sistema de logística.

Segundo o IBGE, a região Sul, caracterizada pela presença de pequenas propriedades rurais (mais de 80% dos produtores possuem área de até 1.000 ha), em 2013, respondia por 36,7% do total da produção de grãos no País. A soja equivalia a 47,5% do total da produção de grãos, e, de 2010 a 2013, a produção cresceu, em média, 3,9% ao ano. No mesmo período, o índice de preço do petróleo cresceu, em média, a uma taxa de 4,1% ao ano, segundo dados do FMI, e o total de cooperados por cooperativa agropecuária cresceu, em média, 6,2% ao ano. Assumindo que parte do aumento do custo do petróleo tenha sido repassada via preços dos insumos aos produtores, a forma de permanecer na atividade seria obter ganhos de escala e aumento nos preços de venda dos produtos. A compra conjunta e o compartilhamento de custos de logística seriam formas de obtenção de economia de escala para esses pequenos produtores. A análise estatística da série histórica de dados comprova que o aumento nos custos de fertilizantes na produção da soja[1] favoreceu o aumento de cooperados por cooperativa. Em outras palavras, as cooperativas tornaram-se mais atrativas diante dos choques de custos.

Já a região Centro-Oeste, caracterizada pela presença de grandes produtores (65,5% deles com áreas com mais de 1.000 ha), de acordo com o IBGE (Censo, 2006), foi responsável, em 2013, por 43,9% da produção nacional de grãos. Do total da produção da região, 50,2% foram de soja, com taxa média anual de crescimento de 4,9%, de 2010 a 2013. O total de cooperativas cresceu a uma taxa média anual de 4,3%, neste período. Mais uma vez, a análise estatística comprova a correlação positiva entre o custo de fertilizantes na produção de soja e o número total de cooperativas agropecuárias.

Esse cenário colabora para o desenho da política agrícola pelos governos atual e futuro. As cooperativas podem ser instrumentos de manutenção de renda dos produtores rurais médios na agricultura brasileira, ao amenizarem o impacto das variações dos custos diretamente neles, sobretudo se eles estiverem localizados em regiões caracterizadas por sistemas produtivos com baixa capacidade de obter economia de escala ou em regiões que se defrontam com problemas de logística. Mecanismos a serem criados devem preconizar formas de fortalecimento das cooperativas agropecuárias, principalmente as que estimulam ganhos de eficiência na sua gestão. ■

1 A série de custos de fertilizantes na produção de soja utilizada neste trabalho considera as cidades de Campo Mourão-PR e Sorriso-MT como representativas para as regiões Sul e Centro-Oeste, respectivamente. Os dados de ambas foram retirados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e deflacionados pelo IGP-M da FGV



O SISTEMA CAMPO LIMPO E A PNRS

A POLÍTICA Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída em 2010, marcou a conclusão de um longo processo de estudos e debates, que, ao mesmo tempo, deu início a um desafio compartilhado entre o poder público, agentes produtivos, consumidores e a sociedade em geral.

Após a aprovação da lei, muitos segmentos do setor industrial começaram a discutir e implantar seus modelos de logística reversa, um trabalho que ainda está em andamento em algumas cadeias produtivas. A situação no segmento de defensivos agrícolas foi bastante diferente. O Sistema Campo Limpo (SCL) serviu de referência durante a fase de discussão prévia à nova Lei e ainda orienta a busca por soluções em diversos segmentos produtivos.

Consolidado ao longo de mais de uma década, o SCL não demandou nenhuma interferência legal desde a aprovação da PNRS e segue fortemente alinhado à nova lei. Muitos dos princípios que dão base a ela estão presentes nas dinâmicas de atuação do SCL e do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), que o coordena. Entre estes princípios, destacam-se:

• **responsabilidade compartilhada e cooperação**, que orientam o trabalho de articulação de todos os elos da cadeia;

• **visão sistêmica** da gestão dos resíduos, que abrange as dimensões ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde;

• **ecoeficiência**, que se traduz em inteligência logística e economia de recursos naturais;

• aproveitamento dos resíduos como um **bem econômico e de valor social**; e

• **respeito às diversidades regionais**.

PRINCÍPIOS ALINHADOS

JOÃO CESAR M. RANDO
DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE PROCESSAMENTO DE EMBALAGENS VAZIAS (INPEV)



A instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), por meio da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, foi um marco na gestão do tema no Brasil. Ao mesmo tempo em que ela representou o final de um longo processo de estudos e debates, também significou um desafio para o poder público, agentes produtivos, consumidores e a sociedade em geral.

Um dos princípios da PNRS é o da responsabilidade compartilhada, praticada no Sistema Campo Limpo (SCL) desde a sua concepção. Fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores, serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos são considerados corresponsáveis pelos produtos durante todo o seu ciclo de vida.

Em muitos segmentos do setor industrial, a entrada em vigor da nova lei pressupôs um esforço extra para planejar e implantar iniciativas de logística reversa, que devolvem ao setor industrial os resíduos pós-consumo para aproveitamento em outros ciclos produtivos ou destinação final adequada. Os quatro primeiros anos da vigência da lei foram dedicados à adoção desses sistemas em cadeias produtivas consideradas prioritárias. E, em algumas delas, o modo de atuação ainda está sendo ajustado.

No segmento de defensivos agrícolas, que já contava com um sistema consolidado anterior à PNRS, a realidade foi bastante diferente. Durante a fase prévia à aprovação da PNRS, o SCL foi um exemplo bem-sucedido de recebimento e





destinação das embalagens vazias pós-consumo, e o inpEV, que o coordena, participou ativamente das discussões. Na etapa posterior, tal Sistema continua servindo de modelo para a discussão de novos caminhos para outros segmentos produtivos. Afinal, o SCL assegura a correta destinação de 94% de todas as embalagens primárias, um desempenho de referência mundial.

Mesmo após a aprovação da PNRS, o recebimento e a destinação dos materiais do SCL permanecem inalterados. Amadurecido ao longo de mais de uma década de existência, o Sistema mantém-se fortemente alinhado aos princípios da lei que ajudou a inspirar e apresenta resultados cada vez mais sustentáveis.

Entre os princípios da PNRS que dão base ao trabalho do SCL e do inpEV, destacam-se o da **responsabilidade compartilhada e da cooperação**, facilmente identificáveis em suas dinâmicas de funcionamento e na articulação de todos os elos da cadeia que tornam possível o processamento das embalagens. A gestão cotidiana do Sistema é pautada, também, pela visão sistêmica da gestão dos resíduos, considerando as dimensões ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde envolvidas. O SCL acompanha o desenvolvimento da fronteira agrícola e o ritmo de crescimento da agricultura, um setor que demanda cada vez mais tecnologia para fazer frente às necessidades de produtividade.

Outro princípio que norteia o trabalho é o da **ecoeficiência**, que está presente tanto na eficiência logística do SCL e na utilização do frete de retorno para o transporte das embalagens, quanto na economia de recursos naturais que a devolução do material ao ciclo produtivo proporciona.

O reconhecimento dos resíduos como um **bem econômico e de valor social** gerador de trabalho e renda reflete-se no relacionamento do inpEV com a sua rede de parceiros, que transformam as embalagens em novos produtos, e na Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos Ltda., que produz novas embalagens de defensivos agrícolas a partir das embalagens vazias, fechando o ciclo de vida da embalagem dentro da própria cadeia agrícola.

Por fim, o alcance nacional, a alta capilaridade e os diferentes formatos de recebimento – nas unidades fixas ou por recebimentos itinerantes – são uma demonstração do **respeito às diversidades locais e regionais**, outro princípio presente na PNRS. ■



Viveiro do NEA reúne várias espécies nativas

COOXUPÉ

PROJETO É EXEMPLO DE SUSTENTABILIDADE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé deu vida ao Núcleo de Educação Ambiental (NEA), que conscientiza crianças e capacita professores quanto à preservação do meio ambiente.

O DESENVOLVIMENTO de ações que modificam a paisagem ambiental – pautadas pela sustentabilidade, pela conservação e pelo respeito aos recursos naturais – é um dos pilares que integram a gestão da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé, a reconhecida Cooxupé, empresa com mais de oitenta anos de existência e forte atuação no sul e no cerrado mineiros e no Vale do Rio Pardo (estado de São Paulo).

Um dos maiores projetos da cooperativa é o Núcleo de Educação Ambiental Mata Viva® (NEA), sediado no município mineiro de Guaxupé e realizado em parceria com a BASF – empresa química líder mundial – e a Fundação Espaço ECO®. Beneficiando alunos – a maioria deles composta por filhos de produtores – e docentes da rede de ensino de mais de vinte cidades do sul mineiro, o projeto promove, há um ano e meio, o engajamento da comunidade local e sua educação ambiental por meio de vivências na natureza, levando em consideração o conteúdo oferecido no ambiente escolar. "O produtor rural é um conservador por natureza, e é por meio do NEA que oferecemos a oportunidade de suas crianças – muitas delas futuros cafeicultores – entenderem a importância da conscientização ambiental. Além de levar para casa exemplos importantes, no futuro, elas devem aplicar suas próprias técnicas para uma lavoura

cada vez mais sustentável", afirma o presidente da Cooxupé, Carlos Alberto Paulino da Costa.

Além de promover a conscientização, o NEA mantém, ainda, foco na recuperação e na restauração de Áreas de Preservação Permanente (APPs). Ao longo da Trilha do Lago, por exemplo, existem mais de oitenta espécies nativas dos biomas Cerrado e Mata Atlântica, de ocorrência regional. Já o viveiro está germinando atualmente mais de 30 mil mudas plantadas de oitenta espécies diferentes, número que deve crescer ao longo do tempo, já que a capacidade do viveiro é para 60 mil mudas. "O Núcleo sempre busca atender os cooperados com material de alta qualidade e diversidade", explica o biólogo e supervisor do NEA, Reginaldo Ferreira.

Desenvolvido dentro dos conceitos de sustentabilidade, o NEA foi construído com tijolos e madeira certificados, painéis de energia solar, além de todo o projeto ser pensado para otimizar o uso de energia com base em áreas abertas, iluminação natural e piso externo permeável.

Projetos a favor do meio ambiente

Além do NEA, a Cooxupé possui outros diversos projetos institucionais que defendem a bandeira do respeito ao meio ambiente. Um deles é o **Mutirão Ambiental**, em que os cooperados devolvem as embalagens de defensivos agrícolas utilizados em suas lavouras, garantindo o descarte correto destes materiais. O projeto tem despertado cada vez mais a conscientização dos cafeicultores, pois, no ano passado, o volume de materiais devolvido foi 7% maior quando comparado ao do ano de 2013.

Outro projeto é o de **tratamento e destinação de resíduos**, realizado pelo Laboratório João Carlos Pedreira de Freitas, que, desde 2007, realiza a captação e o armazenamento dos resíduos sólidos e efluentes líquidos químicos perigosos, para que eles sejam coletados, posteriormente, por uma empresa terceirizada e especializada no segmento. No ano passado, o Laboratório implantou o lavador de gases, um novo sistema que realiza o tratamento dos efluentes atmosféricos, contribuindo com a preservação do meio

PROJETOS COOXUPÉ	RESULTADOS
Núcleo de Educação Ambiental (NEA)	• 4.532 alunos beneficiados; • Mais de 100 docentes capacitados em temáticas ambientais; • Mais de 30 mil mudas plantadas no viveiro; • Mais de 80 espécies nativas plantadas na Trilha do Lago.
Mutirão Ambiental	• Mais de 90 mil embalagens recolhidas para o descarte correto desses materiais.
Cursos e treinamentos do SENAR	• Em quatro anos de parceria: 842 cursos; e aproximadamente 10 mil pessoas atendidas. • Investimento: R$ 1,7 milhão.
Unidades Demonstrativas	• Em 2014, mais de 12 mil pessoas participaram do evento.

ambiente. Além disso, a Cooxupé mantém cinco **estações compactas de tratamento de esgotos**, responsáveis por destinar adequadamente os esgotos gerados em áreas e setor da cooperativa.

A Cooxupé também incentiva seus cooperados a participarem de programas de sustentabilidade e de certificações. É o caso do **C.A.F.E. Practices**, que, em parceria com uma rede mundial de cafeterias, oferece suporte completo aos cooperados cafeicultores para a produção de grãos de alto padrão, garantindo ao consumidor final, especialmente o do mercado internacional, que o produto foi produzido dentro dos critérios estabelecidos em relação aos aspectos ambientais, sociais e econômicos.

A Cooxupé mantém, ainda, outros projetos socioambientais, como as **Unidades Demonstrativas**, que levam aprimoramento e capacitação ao homem do campo, e os **cursos e treinamentos em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)**, que leva conhecimento aos cooperados e aos colaboradores de suas propriedades sobre temas como produção de qualidade, redução de custos, uso correto dos defensivos agrícolas, manutenção e operação de maquinários agrícolas, entre outros. Pela importância e pelos resultados gerados, vários projetos já foram premiados por órgãos e entidades nacionais do setor ao longo dos anos. ■



Paineira-rosa que sempre chama a atenção dos alunos que passam na Trilha do Lago do NEA



1ª REUNIÃO CANAPLAN 2015

PERSPECTIVAS PARA A SAFRA 2015/16, NA REGIÃO CENTRO-SUL

EQUIPE TÉCNICA: CIRO SITTA, EDUARDO PEREIRA, FERNANDO CARVALHO
LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO, NILCEU PIFFER CARDOZO E RICARDO INOJOSA COSTA

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO (ABAG)

A CANAPLAN realizou a sua 1ª reunião (24/04/2015) da safra sucroalcooleira 2015/16 no Centro-Sul brasileiro, com o apoio da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). Tudo indica mais uma safra complexa, em face às dificuldades de margens, ao aumento do endividamento, às dificuldades de acesso ao crédito e às questões climáticas e operacionais.

O Painel de avaliação da safra teve a coordenação de Rogério Augusto B. Soares, (Bunge) e uma apresentação de Luiz Carlos Corrêa Carvalho (Canaplan) e Nilceu Piffer Cardozo (Canaplan), seguida de debates entre executivos de grupos representativos de importantes regiões produtoras: Agnaldo Rigolin (BP Biocombustíveis), Edson Girondi (Alto Alegre), Fernando Lima (Raízen), Jaime Stupiello (Açúcar Guarani), Mário Ortiz Gandini (São Martinho), Paulo Roberto Artioli (Tecnocana) e Paulo Rodrigues (Condomínio Santa Izabel).

O clima para a safra 2015/16 pode mostrar grande variabilidade entre as regiões, mas a maioria com média pluviométrica acumulada abaixo da de abril de 2014. Com os canaviais estressados pelo desequilíbrio das últimas safras e o descompasso entre a idade cronológica e o desenvolvimento da planta, outros pontos que são questionados são a intensidade do florescimento, a ocorrência de El Niño e o comportamento do clima no outono e no inverno.

O modelo desenvolvido pela Canaplan indica uma possibilidade elevada de florescimento em São Paulo e, também, em regiões do Paraná e de Minas Ge-

rais. A expectativa é de um impacto importante em termos de perdas e danos, dependente do planejamento e da realização da colheita mensal durante a safra: as perdas em decorrência do florescimento crescem entre, julho e dezembro, de 0,5% a 15,0%.

A abrupta aceleração dos processos de plantio e colheita mecanizada de cana crua teve consequências. Como a velocidade da sua adoção excedeu os níveis de renovação da lavoura, esta não estava adequada para receber essas operações. O resultado foi o decréscimo da produtividade agrícola e da longevidade dos canaviais.

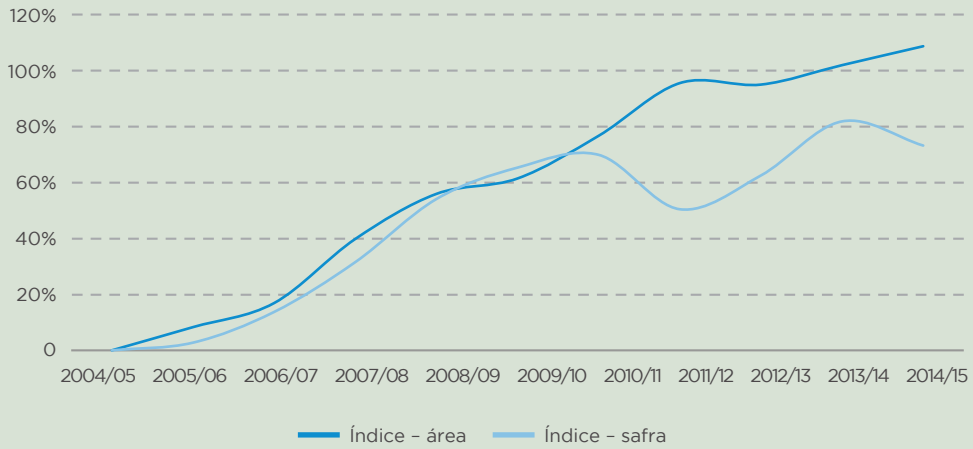
Um aspecto surpreendente é a comparação entre a área colhida e a produção de canas moídas nos últimos dez anos. Entre 2004/05 e 2009/10, os índices de crescimento caminharam juntos (o que já não seria interessante pelo efeito produtividade); no entanto, a partir de 2010, o índice representativo da área é muito superior ao da produção, o que é muito negativo.

Para os próximos dez anos, em apresentação recente no Senado federal, o ministro de Minas e Energia (MME), Carlos Eduardo de Souza Braga, apontou, para o País, estagnação na produção de gasolina (a capacidade de expansão teria de ser sete vezes maior do que o volume anual de importação) e na oferta de etanol (haveria apenas com a substituição do produto hidratado pelo anidro).

PONTOS EM DESTAQUE:

- Etanol: demanda maior do que a oferta;
- Açúcar: oferta maior do que a demanda;
- Cana-de-açúcar: precificada com base nos preços do açúcar e do etanol, mas dependente dos preços da gasolina;
- Ciclo longo de preços faz parte do passado;
- Protecionismo global no açúcar;
- Logística de importação dita o teto da produção de gasolina;
- *Stress* nos canaviais.

REGIÃO CENTRO-SUL: ÍNDICE DE EVOLUÇÃO DA ÁREA E DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR

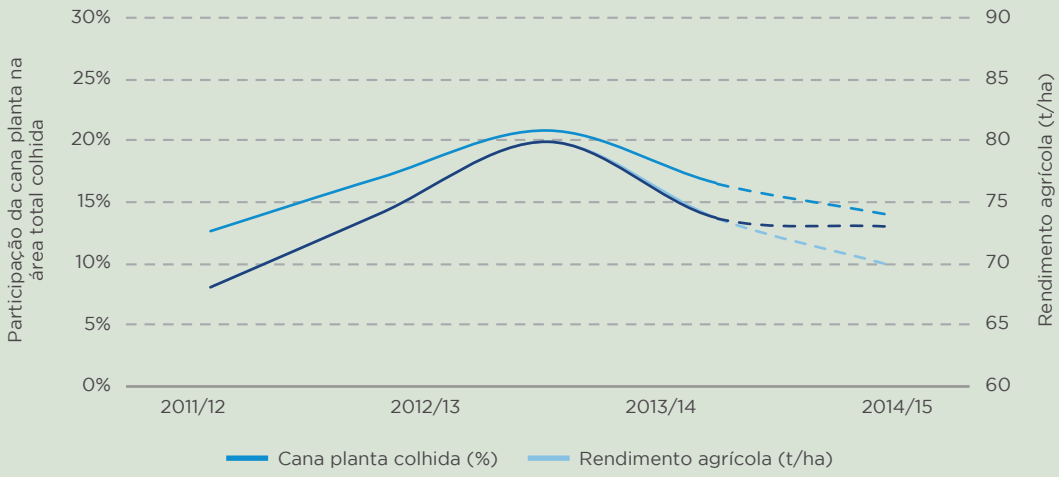


Fonte: Canaplan

Com a queda da produtividade mostrando forte correlação com o nível de plantio anual, a forte redução nesses investimentos leva à tendência de uma nova safra com baixa produtividade e com uma possibilidade de variação dependendo dos fatores climáticos a partir de maio de 2015.

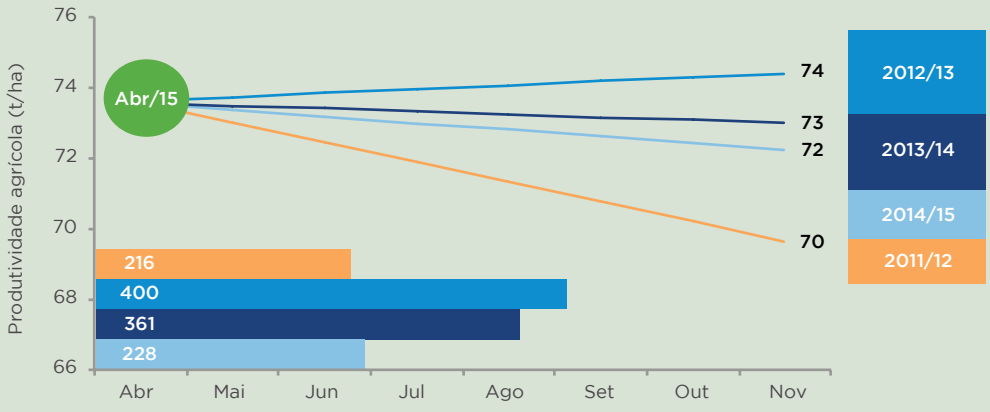
Deste modo, a produtividade final dependerá das chuvas e do florescimento, com níveis de variação que se projetaram com base nas possibilidades de chuvas reais ocorridas anos anteriores.

REGIÃO CENTRO-SUL: RENDIMENTO AGRÍCOLA E PARTICIPAÇÃO (%) DA CANA PLANTA NA ÁREA PLANTADA DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: Canaplan

REGIÃO CENTRO-SUL: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA E DA PRECIPITAÇÃO



Fonte: Canaplan

A ESTIMATIVA DA CANAPLAN PARA A SAFRA 2015/16

CENTRO-SUL			
PRODUTO	Seco	Base	Úmido
Oferta de acúcares totais (milhões de toneladas)	**76,0**	**77,0**	**77,5**
Cana-de-açúcar (milhões de toneladas)	**554,1**	**566,0**	**577,9**
Produtividade agroindustrial (toneladas de ATR por hectare)	9,6	9,7	9,8
Área colhida (milhões de hectares)	**7,92**	**7,92**	**7,92**
Mix de acúcar (%)	**41,5**	**42,0**	**42,5**
Mix de etanol (%)	**58,5**	**58,0**	**57,5**
Acúcar (milhões de toneladas de VHP eq.)	**30,1**	**30,8**	**31,4**
Rendimento de açúcar (quilos de açúcar por tonelada de cana)	54,2	54,4	54,3
Etanol total (bilhões de litros)	**26,0**	**26,1**	**26,0**
Etanol anidro (bilhões de litros)	12,6	12,7	12,7
Etanol hidratado (bilhões de litros)	13,4	13,4	13,3
Rendimento etanol (litros de etanol por tonelada de cana)	46,9	46,1	45,1

O EVENTO CONTOU COM MAIS TRÊS PAINÉIS:

Painel 1: Brasil 2015, o que esperar?, com apresentação de Alexandre Figliolino (Itaú BBA).

Painel 2: Variáveis da produtividade, com coordenação de Antonio Alberto Stuchi (Raízen) e Paulo Rodrigues (Condomínio Agrícola Santa Izabel). Como debatedores participaram: Alan Borges (BASF), Paulo Donadoni (Bayer), Christian Menegatti (DuPont), Leandro Sarto (GAtec), Carlos Graminha (John Deere) e Daniel Bachner (Syngenta).

Painel 3: Mercado – Açúcar, Etanol e Gasolina, com moderação de Luiz Silvestre (E D & F MAN) e debate entre Martin Todd (LMC International), Tarcilo Rodrigues (Bioagência) e Rodrigo Cao (Petrobras).

UM TRIBUTO AO AGRICULTOR BRASILEIRO

PAULO RENATO HERRMANN
Presidente da John Deere Brasil e vice-presidente de Marketing e Vendas para a América Latina

TODOS OS anos, por ocasião do início da safra de grãos no Brasil, surgem matérias e reportagens nos veículos de comunicação alertando para o apagão logístico e que a falta de investimentos no País, entre tantas outras mazelas, retira a rentabilidade dos nossos agricultores.

Enquanto isso, o produtor brasileiro, para sobreviver, arrisca-se quase solitariamente na exploração das terras tropicais e subtropicais, tendo que se reinventar a cada ano para compensar a ineficiência e os altos custos da cadeia produtiva fora da porteira.

Numa velocidade impressionante, em menos de duas décadas, estes pioneiros dobraram a produção de grãos por unidade de área e, neste momento, estão caminhando celeremente para colherem a terceira e a quarta safras, transformando o ato de plantar, de uma atividade meramente extrativista, num modelo de produção contínua. O efeito imediato dessa revolução silenciosa foi uma economia superior a 50 milhões de hectares que não precisaram ser colocados a serviço da agricultura.

Esse extraordinário aumento da produção contou com o apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que foi fundamental para a quebra de antigos modelos de produção agrícola herdados dos nossos antepassados vindos do hemisfério Norte, como, por exemplo, a introdução à "safrinha", ou melhor, definindo a segunda safra de grãos normalmente logo após o plantio da soja.

Mas, a revolução não para por aí, e, neste exato momento, está em pleno curso outra quebra de paradigma, a qual denominamos de: "agricultura sem parar".

Somos detentores das maiores reservas de água doce e terras agricultáveis do mundo; além disso, temos o sol irradiando o ano inteiro numa faixa de temperatura que varia entre 25°C e 30°C, o que possibilita a implantação de um sistema que se fundamenta num melhor entendimento do conceito da fotossíntese (energia do sol transformando o metabolismo das plantas), combinado a um uso mais eficiente dos ativos disponíveis na propriedade, tais como terra, infraestrutura e pessoal, e tudo isso culminando, ao final, com o plantio de diversas culturas de maneira ininterrupta ao longo dos doze meses do ano.

Esse revolucionário domínio da biodiversidade para fins produtivos é denominado de iLPF – integração Lavoura-Pecuária-Floresta – e se apoia no plantio de culturas anuais consorciadas ou na sequência de plantas perenes e pecuária, cuja integração somente é possível nas regiões de clima tropical e subtropical do mundo.

Essa foi a solução criativa que os nossos agricultores encontraram para enfrentar e sobreviver ao tão discutido e oneroso "custo Brasil".

Desta forma, o Brasil e seus corajosos agricultores estão estabelecendo novos parâmetros para a produção de alimentos, num sistema de produção socialmente justo, ambientalmente sustentável e, principalmente, financeiramente rentável.

Parabéns a todos ligados à terra! ■

DEFESA DO ALIMENTO

UMA QUESTÃO DE SOBERANIA NACIONAL

LUIS CARLOS RIBEIRO
Gerente técnico e de Regulamentação Estadual da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

A ANDEF (Associação Nacional de Defesa Vegetal), entidade que representa as indústrias que atuam em pesquisa e desenvolvimento de defensivos agrícolas no País, vem participando e fomentando o debate sobre as ameaças fitossanitárias que colocam em risco as nossas lavouras. Foram seminários, *workshops* e palestras realizados em parceria com instituições públicas e privadas.

Nestes debates, ficou clara a necessidade de constante atenção e investimento na área de Defesa Vegetal no Brasil, por meio das ações de vigilância, difusão de conhecimento e controle de pragas. Segundo a Sociedade Brasileira de Defesa Agropecuária (SBDA), somente nos últimos dez anos, pelo menos 35 novas espécies de pragas foram detectadas em território brasileiro.

Não faltam exemplos de danos causados por pragas introduzidas no Brasil que são responsáveis por prejuízos bilionários e que, muitas vezes, inviabilizam a exploração econômica de uma atividade agrícola. Isso significa que, além das perdas diretas de receita agrícola, há, ainda, redução nas oportunidades de trabalho e na geração de novos negócios, bem como na oferta de alimentos, fibras e matérias-primas.

Para a indústria que desenvolve novas moléculas para a proteção de plantas, não há dúvidas: ninguém ganha quando uma nova praga se estabelece em uma região agrícola. O produtor é seriamente prejudicado, o consumidor acaba afetado e, até mesmo, o meio ambiente sofre com os desequilíbrios. Sofre, também, a indústria de defensivos agrícolas, que, para alcançar com sucesso a descoberta de um novo ingrediente ativo, investe pesados recursos e muitos anos de pesquisa e estudos.

Além disso, o mercado de insumos agrícolas é amplamente dependente do desenvolvimento da própria agricultura. Ou seja, a cada vez que a agricultura perde competitividade, o mercado de insumos como um todo também sofre consequências diretas. Desta forma, a entrada de uma nova praga representa um cenário avassalador para a competitividade agrícola.

E é justamente essa competitividade que vem garantindo o desenvolvimento social e econômico do País. Não é de hoje que o setor sustenta a balança comercial. Mas, para que esse caminho continue sendo trilhado, é preciso encarar a defesa das nossas lavouras como uma questão de soberania e de segurança nacional.

Buscando aprofundar essa discussão e conhecer modelos de sucesso, a Andef, a SBDA e o Departamento de Sanidade Vegetal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DSV/MAPA) realizam, no dia 30 de junho, em São Paulo, o I Workshop Internacional sobre Ameaças Fitossanitárias.

Serão apresentados conceitos como os papeis da Convenção Internacional para Proteção dos Vegetais (CIPV) e das Organizações Regionais de Proteção Fitossanitária (ORPFs) no contexto mundial, a atuação do Departamento de Negociações Sanitárias e Fitossanitárias na facilitação do comércio internacional de plantas e a interação entre Governo e Indústria em estratégias de prevenção de entrada de pragas e de prospecção de novas tecnologias.

Por fim, vale destacar, é fundamental dar ao tema 'ameaças fitossanitárias' as suas reais importância e relevância, buscando ações preventivas e corretivas. Só assim haverá, de fato, a defesa do maior patrimônio do País: a produção agropecuária. ■

DIÁRIO DE BORDO

ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócio

O TEMA 'terceirização do trabalho' ganhou uma dimensão muito maior do que deveria acontecer, porque foi ideologizado e política e propositalmente misturado com eventuais perdas de direitos dos trabalhadores. O que está por trás dessa discussão é a melhoria da produtividade do trabalho e a modernização das relações entre empregadores e empregados, bastante complicada por uma legislação obsoleta que engessa tais relações.

E essa é apenas uma das questões sobre as quais nosso Parlamento terá que se debruçar nos próximos meses e anos para reformar leis e regras ou regulamentos que inibem o avanço das empresas rurais brasileiras rumo ao desenvolvimento sustentável. Temas como aquisições de terras por estrangeiros, a própria legislação ambiental, a reforma agrária, a questão indígena e outros terão que ser resolvidos ou perderemos competitividade. Até mesmo a configuração da Justiça Trabalhista deve ser revista. Aí está uma complexa e controversa agenda a ser enfrentada pelo Estado brasileiro. Não se trata apenas de leis ou mesmo de eventuais mudanças da Constituição sobre as quais o Parlamento terá que se debruçar muito em breve; trata-se também do "aparelhamento" da máquina pública e de outras instituições que cuidam da aplicação de leis existentes e que, por questões também ideológicas, interpretam-na ao sabor de suas crenças ou preferências.



Mas, um dos problemas enfrentados por produtores rurais no Brasil é a lentidão da Justiça na tomada de decisões sobre processos em geral. Aliás, não é um problema restrito ao campo, e, há muito tempo, nossos tribunais buscam formas de agilizar seu trabalho.

Em 1996, e já lá se vão quase vinte anos desse gargalo, foi aprovada uma Lei Federal, de nº 9.307, que instituiu a "arbitragem", um mecanismo de agilização de definições de conflitos. Para implementar este modelo, criam-se Câmaras de Arbitragem, cuja sentença tem o mesmo valor de uma sentença judicial. A controvérsia entre contendores é decidida por um árbitro da Câmara, cortando etapas de um processo judicial que demoraria muito mais tempo na justiça comum.

Há outro mecanismo, chamado "mediação", em que o mediador procura, por meio do diálogo entre os litigantes, chegar a um acordo que acabe com a disputa.

Ambos são mais céleres do que o que se observa normalmente no Judiciário, e já existem muitas experiências exitosas de arbitragem e mediação em diversos setores econômicos, sobretudo quando a disputa diz respeito a contratos, questões societárias e imobiliárias. A FGV tem uma abrangente Câmara de Arbitragem já funcionando no Rio de Janeiro e se prepara para ampliar bastante este importante setor.

E a Sociedade Rural Brasileira (SRB) inaugurou, no último dia 9 de abril, uma Câmara de Mediação e Arbitragem destinada a reunir árbitros e especialistas da temática rural, tendo em vista resolver controvérsias muito comuns no setor, especialmente as contratuais.

Para tanto, a SRB elaborou um moderno regulamento da Câmara, a CARB, examinando o que há de mais novo em outras Câmaras no Brasil e no mundo, e já conta com uma considerável lista de árbitros e mediadores.

Trata-se de um grande salto na qualidade dos serviços prestados pela nossa tradicional e quase centenária Rural (que completa 96 anos de trabalhos em defesa do agro em 2015).

Espera-se, com a CARB, a rápida resolução extrajudicial de eventuais conflitos no setor rural e agroindustrial. ■

PRODUZIR

AGRONEGÓCIO FRACO NÃO TEM VEZ

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

ALCANÇAR POSIÇÃO de destaque no mercado traz reconhecimento, expectativas de retorno e pressão pelo bom desempenho. Este é o retrato do agronegócio brasileiro nos últimos anos. O setor cresceu, desenvolveu-se e entregou resultados.

Se nossa economia já estava ancorada na geração de riqueza e renda proporcionadas pelo agronegócio, as esperanças em relação ao setor são ainda maiores na atual conjuntura de desaceleração econômica.

No entanto, é óbvio que o setor também é atingido pela desastrosa política econômica do governo federal, que, somada à crise política, mina a confiança de consumidores e empresários e dilapida as bases de um ambiente satisfatório para a competitividade do setor produtivo.

Para que possa pegar a trilha do desenvolvimento duradouro, o País precisa trocar lideranças, mudar padrões e implementar reformas estruturais profundas. Devemos evitar cair na armadilha do "voo de galinha", a modalidade de crescimento fundamentada em muito barulho e curto alcance. Este modelo de expansão está esgotado.

O agronegócio é marcado por ciclos, ou seja, mesmo em momentos críticos, o setor compreende segmentos que avançam na economia.

A pecuária, por exemplo, vem registrando recordes no valor da arroba. Embora o consumo no mercado doméstico esteja retraído por força da conjuntura, a possibilidade de abertura dos mercados chinês e americano à carne brasileira *in natura* e a tendência, no longo prazo, de demanda aquecida por mais proteína são fatores promissores para a atividade.

O dólar valorizado tem sido um trunfo para alguns setores, como o de grãos. Passado o superciclo dos preços recordes, produtores conseguem fazer caixa e melhorar a retaguarda financeira para arcar com despesas crescentes em mão de obra, transporte, tributos e outros custos.

A falta de planejamento e gestão, é claro, não é exclusividade do setor público. Apesar da evolução tecnológica, o agro brasileiro ainda é disperso, reativo e preso a padrões ultrapassados diante de mercados modernos e negócios globais.

Hoje, boa parte do agro nacional só enxerga a *commodity* como negócio, enquanto, na verdade, precisa conquistar mais espaço e melhores clientes. Esse raciocínio não se limita às oportunidades no comércio exterior. Sem projeto, planejamento e esforço mercadológico, nem mesmo os produtos "*made in Brazil*" serão adquiridos no mercado interno. O consumo tem suas particularidades regionais, mas quem cria a agenda são as marcas globais.

Estamos diante de um momento de inflexão, que exige mais profissionalismo e inovação. A Sociedade Rural Brasileira (SRB) vem gerando conteúdo, promovendo diálogo e despertando debates para que o agronegócio alcance o "voo de cruzeiro" da segurança alimentar, da rastreabilidade, da diversidade e da qualidade. O agronegócio brasileiro não pode fundamentar os negócios exclusivamente na equação de oferta, demanda, cotações e clima.

Precisamos enxergar questões como sustentabilidade, mercados, finanças, leis, liderança e juventude como grupos de temas transversais da entidade. Estamos criando conhecimento e tomando posicionamentos para que o agronegócio brasileiro esteja preparado para encarar a revolução que o empurra para a verdadeira competição no xadrez geopolítico mundial. ■



OPINIÃO

A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DA AGRICULTURA

ARNALDO JARDIM
Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

O GOVERNO federal prorrogou até maio de 2016 o prazo de inscrições de propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR), uma decorrência do Código Florestal que permitirá a regularização de cerca de 5 milhões de imóveis rurais e a recuperação ambiental rural prevista na legislação. O CAR está inserido no Programa de Regularização Ambiental (PRA), oportunidade para a regularização de proprietários rurais e a instituição do conceito de ativos ambientais.

A tarefa tem o tamanho e as dificuldades das dimensões brasileiras. Até 10 de maio de 2015, São Paulo conseguiu inserir perto de 65% da área cadastrável no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), com registro de mais de 157 mil imóveis. Estou empenhado para que cheguemos ao cadastro paulista de 100% das propriedades. Esses proprietários desempenham um importante papel para a sociedade na preservação e na conservação da biodiversidade. São depositários de poupança dos recursos naturais e potenciais e justos rentistas da natureza. Daí a importância da regularização ambiental dos imóveis e a enorme serventia do CAR para o Brasil.



A agricultura intensiva alimentou no limite, até aqui, os famintos e produziu desajustes que necessitam ser equacionados com novas formas de produção e manejo. Um exemplo das nossas dificuldades está nos modestos resultados do Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono), lançado pelo governo federal para incentivar o uso de técnicas de produção com baixa emissão de carbono.

Nos oito primeiros meses da safra 2014/15, os produtores tomaram apenas R$ 2,53 bilhões de créditos do Programa, cuja oferta prevista era de R$ 4,50 bilhões para o Plano Agrícola e Pecuário do período. O objetivo é abranger 30 milhões de hectares do País até 2020 com recuperação de pastagens e expansão do plantio direto, do consórcio lavoura-pecuária-floresta e da fixação biológica de nitrogênio. Chegamos só a 3 milhões de hectares.

O esforço também é mundial. Espera-se que a Conferência de Paris sobre Mudança do Clima – a COP-21 da UNFCCC (21ª Sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima), a se realizar em dezembro, na França – defina níveis para emissões de dióxido de carbono (CO_2) que limitem o aquecimento do Planeta.

Em São Paulo, a Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC) estabelece uma redução de 20% nas emissões estaduais de CO_2 até 2020. Tal política conta com o empenho do governador Geraldo Alckmin em promover uma revolução no campo, com investimento tecnológico, ciência, planejamento integrado, respeito a uma legislação cada vez mais propositiva e políticas públicas de incentivo a práticas sustentáveis.

Sustenta-nos o ideário de investigação de vanguarda da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), construído sobre o Programa de Pesquisa em Bioenergia (BIOEN), de estímulo e articulação entre Academia e Indústria para o avanço do conhecimento e a aplicação no campo da produção de bioenergia no Brasil.

Os novos paradigmas de conservação ambiental da agricultura oferecem espaços mais promissores para os desafios de subsistência da humanidade quanto a um futuro de baixo carbono, segurança alimentar e energia limpa. ■

REFLEXÃO

TEORIAS, RUPTURAS E SENSATEZ

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Sistemas de produção de biocombustíveis bem-sucedidos e sustentáveis já fornecem uma fonte adicional de renda para os agricultores, incluindo os mais pobres.

José Graziano da Silva, diretor-geral da FAO

COMO DIZEM os espanhóis, "vento e inimigo é melhor pegar de frente". Os ventos da ideologia ultrapassada são, pelo menos nos próximos anos, um passado que convém esquecer; os da produtividade se chamam "custo Brasil"! Foram discursos sustentados pela explosão chinesa, dispersos pelos ventos da crise global de 2008 e, hoje, motivo de elevada rejeição pela população brasileira.

A euforia do ciclo chinês encantou o Brasil, mas projetou o continuísmo com o ciclo de alta das *commodities*. Foi estabelecida a nova matriz econômica, que sufocou o investimento ao optar por consumo e ações muito negativas no campo energético, com o massacre da Petrobras e do setor do etanol.

Agora, vive-se o contrário: uma reversão de expectativas, com controles fiscais rígidos, enquanto as incertezas políticas contaminam o lado econômico e alimentam pressões políticas. O Brasil tenta sair de uma grave crise de governança, em que a sensatez será o pêndulo das soluções.

Seguimos esperançosos, mas teremos de atravessar essa "ponte da paciência" para trazer de volta o destino de um país com economia saudável, diversificada e produtiva.

Em nível global, a ruptura causada pela Revolução Verde mostra sinais de cansaço, com a produtividade estagnada no campo, apesar do potencial da Biotecnologia e da Nanotecnologia. Mais do que isso, serão a chave de outra ruptura, desde que o velho mundo recupere a sensatez, pois ainda não aceita, por exemplo, produtos geneticamente modificados.

Outra ruptura extraordinária será a revolução da tecnologia limpa, com a valorização das externalidades positivas dos produtos renováveis. Hoje, o gás natural é muito melhor do que o carvão e apresenta muito menor risco do que a energia nuclear. O renovável é ainda melhor. Mas, as coisas acontecem com conciliação, convivência dos energéticos e preços acessíveis aos consumidores. Nos Estados Unidos, a "revolução do xisto" mudou a geopolítica do petróleo. Os americanos, segundo Daniel Yergin[1], ocuparão o lugar de reguladores de preços que antes cabia aos países árabes.

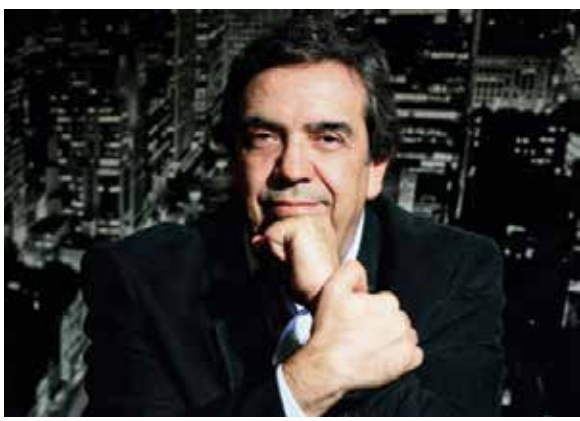
Desde quando a humanidade de fato percebeu os limites do planeta Terra, vive-se entre os discursos malthusianos e os dos otimistas. O fato é que a produtividade, via tecnologia e as rupturas salientadas, deverá responder se será sustentável atender o crescimento populacional, com mais renda e em processo de rápida urbanização, com mudanças de hábito no mundo até meados deste século XXI.

A sensatez emitida pela FAO, sintetizada pelo texto de seu diretor, de que "não temos a opção de produzir mais alimentos ou biocombustíveis no século XXI; precisamos dos dois" resume o ser humano comprometido com a paz mundial.

O simples fato de o País sair do que disse Sêneca – "quando se navega sem destino, nenhum vento é favorável" – já é algo a ser comemorado.

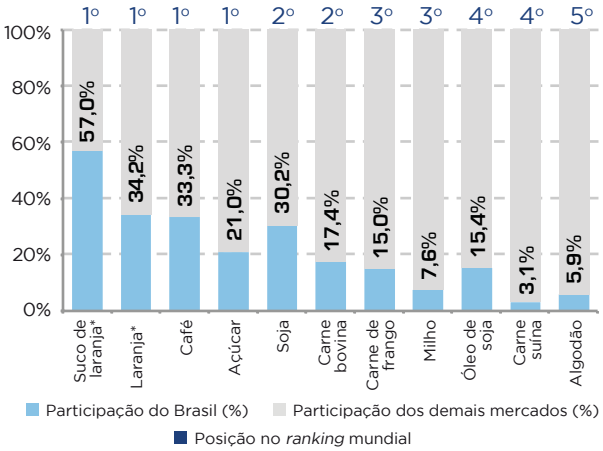
Sem seguro rural ou sem logística, o Brasil amplia a oferta e acredita em si. Assim é, e assim será! Mas, é bom lembrar que há uma linha tênue entre a esperança e a ilusão. Esse é o medo que povoa a cabeça de muitos brasileiros, pois a alegria nem sempre tem pressa de chegar. ■

1 Um dos maiores especialistas em energia do mundo, em entrevista à Revista Veja, em 4 de fevereiro de 2015



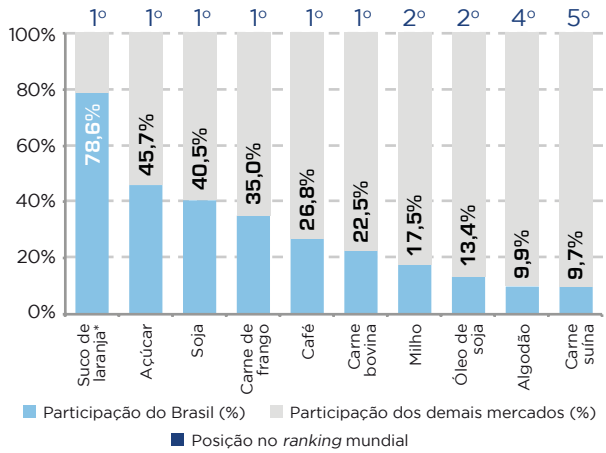
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2014/15



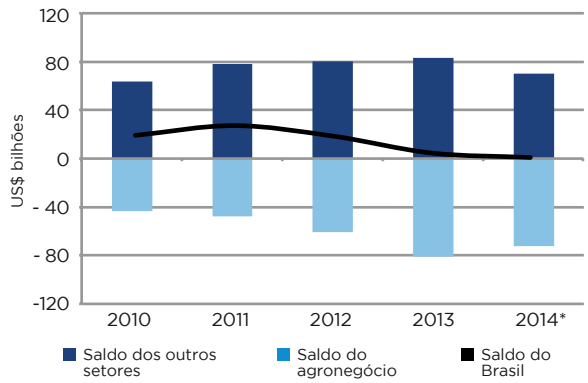
* 2013/14
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2014/15



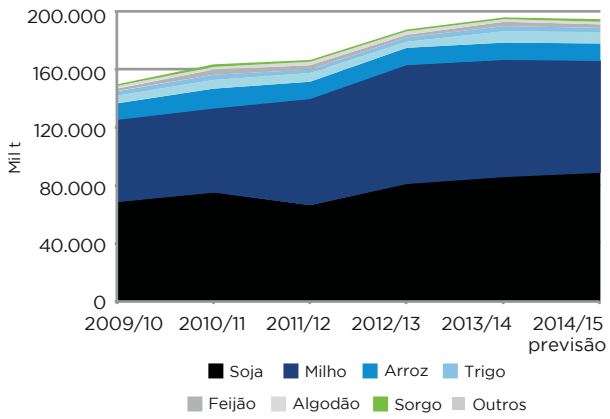
* 2013/14
Fonte: USDA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



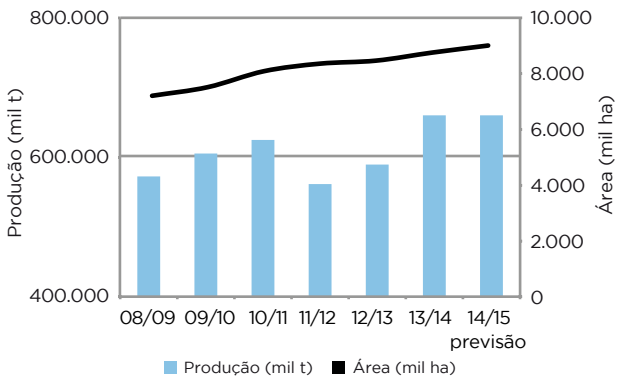
* Até outubro
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



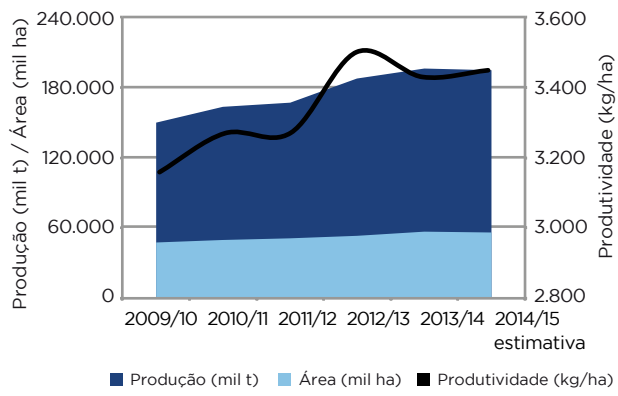
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Fonte: Conab